

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2013/2014



TII

**AS REFORMAS DA DEFESA NACIONAL E A IDENTIDADE
DAS FORÇAS ARMADAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS REFORMAS DA DEFESA NACIONAL E A IDENTIDADE
DAS FORÇAS ARMADAS**

COR/PILAV Paulo José Reis Mateus

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 13/14

Pedrouços 2014



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

AS REFORMAS DA DEFESA NACIONAL E A IDENTIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

COR/PILAV Paulo José Reis Mateus

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 13/14

Orientador: MGEN Doutor José Manuel Freire Nogueira

Pedrouços 2014



Agradecimentos

Ao orientador deste trabalho, MGEN Doutor José Manuel Freire Nogueira, relevo o meu profundo agradecimento pela disponibilidade, apoio e esclarecida orientação que sempre manifestou ao longo da investigação.

Às entidades que me concederam a oportunidade de as entrevistar, expresso o meu apreço e reconhecimento pela excelente colaboração dispensada, pertinentes conselhos e doudas recomendações.

Ao EMGFA/DIPLAEM, em particular ao TCOR Carlos Rodrigues, muito agradeço o tempo dispensado nas longas conversas que tivemos e na vasta documentação cedida, de capital importância para a realização deste trabalho.

Aos meus camaradas do curso, declaro o reconhecimento pelo apoio e companheirismo, singularmente manifestados na pronta disponibilidade para comentar e debater ideias sobre a problemática analisada.



Índice

Introdução.....	1
Justificação do estudo.....	1
Contexto e base conceptual.....	3
Objeto de estudo e sua delimitação.....	3
Objetivo de investigação.....	4
Questão central e questões derivadas.....	4
Metodologia, percurso e instrumentos.....	5
Organização do estudo.....	6
1. A reforma da Defesa Nacional.....	8
a. Breve enquadramento jurídico das Forças Armadas.....	8
b. Contextualização da reforma “Defesa 2020”.....	9
(1) Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008.....	10
(2) Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013.....	10
(3) Programa do XIX Governo Constitucional.....	11
(4) Despacho n.º 149/MDN/2012.....	11
(5) Reforma “Defesa 2020”.....	12
c. Síntese conclusiva.....	15
2. Fatores estruturantes da reforma “Defesa 2020”.....	16
a. Condicionalismos da crise económico-financeira.....	16
(1) Despesa.....	17
(2) Efetivos.....	20
b. Iniciativas externas de cooperação – <i>Smart Defence</i> e <i>Pooling & Sharing</i>	22
(1) <i>Smart Defence</i>	23
(a) Conceito.....	23
(b) Desenvolvimento.....	24
(c) Participação nacional.....	25
(2) <i>Pooling & Sharing</i>	26
(a) Conceito.....	26
(b) Desenvolvimento.....	26



(c) Participação nacional.....	27
c. Tendência federalista no seio da UE.....	28
(1) Uma Europa federal – Realidade ou ficção?	28
(2) União Europeia, que futuro?	30
d. Síntese conclusiva.....	31
3. Identidade das Forças Armadas.....	33
a. Enquadramento teórico.....	33
(1) Identidade organizacional.....	33
(2) Identidade corporativa.....	35
(3) Identidade, imagem e cultura organizacionais.....	36
b. Caracterização identitária das Forças Armadas.....	36
c. Síntese conclusiva.....	39
4. Reforma e identidade das Forças Armadas – Reações e perceções.....	40
a. Posição dos Chefes Militares.....	40
(1) Conselho de Chefes de Estado-Maior.....	40
(2) Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.....	40
(3) Chefe do Estado-Maior da Armada.....	41
(4) Chefe do Estado-Maior do Exército.....	41
(5) Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.....	41
b. Análise empírica.....	42
(1) Enquadramento.....	42
(2) Avaliação dos inquéritos.....	42
c. Síntese conclusiva.....	47
Conclusões.....	49
Bibliografia.....	52

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Plano geral do trabalho.....	Ap 1-1
Apêndice 2 – Ficha técnica do inquérito.....	Ap 2-1
Apêndice 3 – Modelo do inquérito.....	Ap 3-1



Apêndice 4 – Resultados do inquérito.....	Ap 4-1
---	--------

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da despesa com a DN entre 2000-2012, a preços correntes.....	18
Gráfico 2 – Evolução da despesa com a DN entre 2000-2012, em % do PIB.....	18

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Peso percentual dos agrupamentos da despesa.....	19
Tabela 2 – Despesa da Defesa em percentagem do PIB.....	19
Tabela 3 – Redução de efetivos em países europeus.....	21
Tabela 4 – Distribuição percentual dos gastos com pessoal.....	21
Tabela 5 – Militares por mil habitantes em 2012.....	22
Tabela 6 – Identificação organizacional.....	43
Tabela 7 – Identificação profissional.....	43
Tabela 8 – Congruência de valores.....	44
Tabela 9 – Liderança.....	44
Tabela 10 – Reforma “Defesa 2020”.....	45
Tabela 11 – Fatores estruturantes da reestruturação das FFAA: Restrições financeiras.	46
Tabela 12 - Fatores estruturantes da reestruturação das FFAA: Iniciativas externas....	46
Tabela 13 - Fatores estruturantes da reestruturação das FFAA: Tendência federalista..	47



Resumo

Num contexto profundamente marcado por uma acelerada e incessante mutação, nunca como hoje as sociedades estiveram tão suscetíveis aos fenómenos da complexidade, da vulnerabilidade e da incerteza. Cada vez mais, pessoas e organizações vivem fixadas na procura de equilíbrios que lhes confirmam o sempre ambicionado conforto da segurança. Mudar, reestruturar e reformar, tornaram-se definitivamente no alfa e ómega da sobrevivência.

Como se não bastasse, o momento que Portugal atravessa, vincado por dificuldades económico-financeiras, veio intensificar a lógica reformista do Estado. As Forças Armadas (FFAA), subordinadas aos preceitos constitucionais que conferem a sua existência, confrontam-se com a necessidade de encetar mais uma reforma, desta feita numa conjuntura dominada por fatores suscetíveis de influenciar a sua implementação e afetar a identidade daquele que é, ainda, um dos pilares fundamentais da Nação.

O presente estudo incide assim sobre a reforma em curso na Defesa Nacional, designada por “Defesa 2020”, procurando avaliar até que ponto a influência de fatores endógenos e exógenos, que a contextualizam, poderá, ou não, provocar uma efetiva descaraterização identitária das FFAA.

A investigação desenvolvida comporta a análise das orientações políticas consignadas na reforma, bem como o estudo particularizado dos fatores conjunturais estruturantes da sua conceção e desenvolvimento, designadamente as limitações das finanças públicas, os efeitos da adoção das políticas de *Smart Defence* e de *Pooling & Sharing* e as implicações de um eventual domínio da tendência federalista no seio da União Europeia. O trabalho contempla ainda a caracterização da noção de “Identidade das FFAA”, convocando-se para tal os contributos teóricos do campo das ciências da gestão e do comportamento organizacional, onde se ancoram os estudos sobre Identidade Organizacional e Identidade Corporativa. O quadro de análise completa-se com a realização de um inquérito destinado a avaliar a perceção sobre a reforma “Defesa 2020” junto daqueles que mais diretamente contribuem para a construção, consolidação e evolução da identidade das FFAA.

O estudo levado a cabo permitiu concluir que a influência dos fatores conjunturais no contexto da reforma “Defesa 2020”, não é passível, por si só, de promover alterações de substância capazes de desencadear a descaraterização identitária das FFAA.



Abstract

In a context marked by a profoundly accelerated and continuous mutation, today as never before societies were as susceptible to the phenomena of complexity, vulnerability and uncertainty. Increasingly, individuals and organizations live set in finding equilibrium that give them the ever coveted comfort of safety. Change, restructure and improvement, became definitely the alpha and omega of survival.

As if that were not enough, the period that Portugal is crossing over is highlighted by economic and financial difficulties came to intensify the reformist logic of the state. The Armed Forces (FFAA) subordinated to constitutional precept which confer their existence, are confronted with the need to initiate another reform, this time in an environment dominated by factors that might influence its implementation and affect the identity of which is still one of the fundamental pillars.

This study thus focuses on the ongoing reform in the National Defense, called "Defense 2020", attempting to assess to what extent the influence of endogenous and exogenous factors that contextualize the problema, may, or may not, suggest an effective identity mischaracterization of the FFAA.

The research undertaken involves the analysis of policy guidance consigned to reform as well as the detailed study of their structural terms, their design and development, namely the limitations of public finances, the effects of the adoption of policies to Smart Defence and Pooling & Sharing and the implications of a possible field of federalist tendency within the European Union. The work also includes the characterization of the notion of "identity of the armed forces", calling to such theoretical contributions of the field of management science and organizational behaviour, where the study of Organizational Identity and Corporate Identity are anchored. The framework of analysis is completed with the realization of a survey to assess the perception on reform "Defense 2020" among those that most directly contribute to the building, consolidation and development of the identity of the FFAA.

The study conducted showed that the influence of structural terms of the reform "Defender 2020" is not likely, by itself, to promote changes to the substance capable of triggering the identity mischaracterization of the armed forces.



Palavras-chave

Reformas da Defesa Nacional e das Forças Armadas, *Smart Defence*, *Pooling & Sharing*, Federalismo, Identidade Organizacional, Identidade Corporativa, Identidade das Forças Armadas.

Key Words

Reform of National Defence and Armed Forces, Smart Defence, Pooling & Sharing, Federalism, Organizational Identity, Corporate Identity, Military Identity.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACT	–	<i>Allied Command Transformation</i>
AIG	–	<i>American International Group</i>
CCEM	–	Conselho de Chefes de Estado-Maior
CEDN	–	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	–	Conceito Estratégico Militar
CEMA	–	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	–	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA	–	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	–	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CIS	–	<i>Communication and Information Systems</i>
CISMIL	–	Centro de Informações Militares
COC	–	Comando Operacional Conjunto
CPOG	–	Curso de Promoção a Oficial General
CRP	–	Constituição da República Portuguesa
CSOC	–	Centro de Situação e Operações Conjuntas
DEO	–	Documento de Estratégia Orçamental
DGAIED	–	Direção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa
DGPRM	–	Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DN	–	Defesa Nacional
EDA	–	<i>European Defence Agency</i>
e.g.	–	<i>exempli gratia</i> (por exemplo)
EMC	–	Estado-Maior Conjunto
EMGFA	–	Estado-Maior-General das Forças Armadas
et al.	–	et alii (e outros)
FFAA	–	Forças Armadas Portuguesas
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FND	–	Forças Nacionais Destacadas
FPAS	–	Forças Permanentes de Ação de Soberania
FRI	–	Força de Reação Imediata
GC	–	Governo Constitucional
HFAR	–	Hospital das Forças Armadas
HIP	–	Hipótese (s)



HTP	–	<i>Helicopter Training Programme</i>
IC	–	Identidade Corporativa
IDN	–	Instituto de Defesa Nacional
IISS	–	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
INE	–	Instituto Nacional de Estatística
IO	–	Identidade Organizacional
M€	–	Milhões de Euros
MDN	–	Ministério da Defesa Nacional
NATO	–	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NBQR	–	Nuclear, Biológica, Química e Radiológica
NEP	–	Norma de Execução Permanente
OE	–	Orçamento do Estado
p. e pp.	–	Página e páginas
PAEF	–	Programa de Apoio Económico e Financeiro
PIB	–	Produto Interno Bruto
P&S	–	<i>Pooling & Sharing</i>
QC	–	Questão Central
QD	–	Questão Derivada / Questões Derivadas
QP	–	Quadro Permanente
RAND	–	<i>Research and Development Corporation</i>
RC	–	Regime de Contrato
RCM	–	Resolução do Conselho de Ministros
RV	–	Regime de Voluntariado
SFN	–	Sistema de Forças Nacional
SIPRI	–	<i>Stockholm International Peace Research</i>
SD	–	<i>Smart Defence</i>
STANAG	–	<i>Standardization Agreement</i>
TII	–	Trabalho de Investigação Individual
TVI	–	Televisão Independente
UE	–	União Europeia
U/O	–	Unidade/Órgão



Introdução

Justificação do estudo

Se nas últimas quatro décadas existiu na sociedade portuguesa um domínio vincado por profundas transformações ao nível estrutural, orgânico e doutrinário foi sem dúvida o das Forças Armadas. Na verdade, ao longo deste período é possível constatar a ocorrência de vários momentos particularmente marcantes para a Instituição Militar: a “Revolução de Abril”, em 1974, ao promover uma profunda viragem na organização política do Estado, que põe fim à “Guerra Colonial” e desencadeia a reorganização do dispositivo militar nacional; a abertura da carreira castrense ao sexo feminino, a partir do final dos anos oitenta do século XX, pela complexidade dos “ajustamentos” que provoca num campo profissional até então exclusivamente masculino; o fim da “Guerra Fria”, em 1991, ao suscitar uma nova caracterização estratégica da ameaça, e com ela a ascensão e predomínio de uma tipologia de missões de cariz expedicionário, num formato conjunto e combinado, às quais Portugal rapidamente se associa; e a desconstitucionalização do serviço militar obrigatório e conseqüente rumo à total profissionalização das Forças Armadas Portuguesas (FFAA), que atinge a sua plenitude em 2004.

Apesar do carácter tipicamente tradicional e conservador que caracteriza a organização militar, estamos em crer que a extensão das implicações suscitadas nas FFAA por tais circunstâncias estará longe de poder confinar-se apenas a aspetos estritamente formais e materiais. Com efeito, e embora tal estudo permaneça ainda por fazer, é de admitir que tão profundas mudanças no universo militar tenham também implicado alterações, em maior ou menor amplitude, no domínio simbólico-valorativo, designadamente em três aspetos particulares: (1) ao nível do que é central à própria Instituição, isto é, a sua matriz de crenças, valores e normas; (2) do que a distingue e singulariza das restantes, ou seja, os seus objetivos estratégicos, missão e cultura; (3) e do que lhe confere continuidade e coerência, em particular a panóplia de rituais e tradições que mantém.

Em causa estão justamente os aspetos fundamentais que enformam o constructo que Albert e Whetten (1985) designam por “Identidade Organizacional”. De acordo com estes autores, a “identidade” orienta a ação das organizações, constituindo-se numa espécie de “espinha dorsal” que lhes confere não só coerência interna e externa, como também perenidade e estabilidade temporal.

Sendo as organizações estruturas sensíveis às dinâmicas que as interpelam, sejam



elas políticas, económicas, sociais, tecnológicas, ou outras, falar de identidade organizacional implica abordar a questão das suas ameaças. Com efeito, se a identidade de uma organização reflete o que é central, distintivo e duradouro, a eventual ocorrência de desenvolvimentos externos que contrariem ou desafiem os valores, as crenças e a sua essência profunda, implica, como defendem Elsbach e Kramer (1996), o desencadear de mecanismos defensivos dos seus membros com o intuito de preservarem as perceções individuais e externas relativamente ao que a organização para eles representa.

A grave crise económica e financeira que se abateu sobre a Zona Euro a partir de 2008, acabou por ditar a adesão de Portugal a um programa de assistência financeira internacional, assinado em maio de 2011. Em consequência, e não obstante as medidas de racionalização da despesa fomentadas em 2010¹ nas instituições da Defesa Nacional (DN), o atual Executivo concebeu, em 2013, um novo plano de restrições e racionalização dos gastos com a Defesa, designado “Defesa 2020”, em relação ao qual existe o receio de que possa vir a esgotar-se num pacote de cortes indiscriminados, suscetíveis de colocar em causa a identidade das FFAA.

Acresce que o programa da “Defesa 2020”, surge num momento em que as restrições financeiras estão longe de se confinarem ao caso português. Com efeito, um pouco por todo o mundo, e em particular no Ocidente, o decréscimo dos orçamentos da Defesa constitui uma realidade inelutável, tendo, de resto, levado a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e a União Europeia (UE) ao desenvolvimento de políticas centradas na cooperação e na partilha de meios, como é o caso da *Smart Defence* (SD) e do *Pooling and Sharing* (P&S), respetivamente. Contudo, e não obstante os inegáveis benefícios que estas iniciativas comportam, o espectro da tendência para a “especialização” de capacidades é algo a ter em conta, podendo levar a que países de menores recursos, como é o caso de Portugal, sejam tentados a desinvestir em capacidades essenciais do ponto de vista estratégico nacional. Consequentemente, no atual quadro de reforma da DN, as decisões de participação em programas no âmbito destas iniciativas deverão ser adequadamente avaliadas por forma a acautelar situações que possam vir a ter desfechos sensíveis para a segurança nacional.

Finalmente, há ainda que contar com um outro fator com impacto no capítulo da DN. Trata-se da tendência federalista que parece ganhar força no seio da UE e que levanta

¹ *vd.*, Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013, de 16 de abril de 2010.



questões extremamente delicadas em matéria de soberania nacional, a qual não deve ser posta em causa por razões de pragmatismo político.

A importância e atualidade do problema exposto, leva-nos a admitir como relevante a realização de um estudo que permita perceber até que ponto a implementação de medidas reformistas no setor da DN, atentos os fatores internos e externos que estruturam o contexto situacional, é passível de comprometer a identidade das FFAA.

Contexto e base conceptual

O tema a tratar será abordado no contexto das “Reformas da DN” concebidas pelo XIX Governo Constitucional (GC), num período marcado por fortes restrições financeiras. Nestes termos, e num primeiro momento, o enquadramento será conferido pela análise documental das iniciativas governamentais com maior expressão sobre esta matéria, designadamente: o “Programa do XIX Governo Constitucional”; as “Grandes Opções do Plano para 2012-2015”; o “Conceito estratégico de Defesa Nacional”; e a “A Reforma Estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas – Defesa 2020”. Adicionalmente, importará analisar alguns elementos estruturantes no quadro da conceção e desenvolvimento das reformas em causa. Em concreto, tratar-se-á de avaliar, por um lado, a implementação de medidas no âmbito das iniciativas de SD e de P&S, e, por outro, a preponderância da tendência federalista no seio da UE.

Num segundo momento, torna-se necessário estabelecer a base conceptual que permitirá trabalhar a problemática da “identidade das FFAA”, de modo a avaliar eventuais efeitos induzidos pela reforma da DN. Para tal, importa convocar contributos teóricos do campo das ciências da gestão e do comportamento organizacional, onde se ancoram os estudos sobre Identidade Corporativa e Identidade Organizacional, que nos guiarão na operacionalização do constructo através de um processo de questionamento empírico.

Objeto do estudo e sua delimitação

O presente estudo incide sobre as reformas em curso na DN e a eventual descaraterização identitária que das mesmas poderá resultar para as FFAA e para o país, tendo em conta a influência de fatores conjunturais, designadamente: o contexto restritivo das finanças públicas; os efeitos da adoção das políticas de SD e de P&S; bem como o eventual domínio da tendência federalista no seio da UE.

Com o objetivo de delimitar o estudo, focaremos a nossa análise na avaliação das eventuais implicações da reforma da DN no âmbito da identidade das FFAA, uma vez que a extensão de tal problemática ao país no seu todo envolveria uma dimensão de



investigação e análise que extravasa o regimento normativo que enquadra a elaboração dos Trabalhos Individuais de Investigação neste Instituto.

Objetivo da Investigação

Este trabalho de investigação tem como objetivo geral analisar o impacto da reforma em curso no âmbito da DN, no que concerne à identidade das FFAA.

Para consecução do objetivo geral estabelecido concorrem vários objetivos específicos. Com efeito, importa, por um lado, determinar a influência de um contexto económico interno extremamente restritivo e, por outro lado, interessa perceber qual o papel desempenhado por fatores externos, associados, em particular, quer à implementação das políticas de SD e de P&S, quer ao eventual crescendo da tendência federalista no seio da UE.

Em síntese, pretende-se realizar a caracterização de aspetos estruturantes no quadro do processo de reestruturação em curso na DN, com o intuito de identificar eventuais situações passíveis de comprometer a identidade das FFAA.

Questão Central e Questões Derivadas

Após explorado e delimitado o tema foi estabelecida a seguinte **Questão Central** (QC):

«Em que medida aspetos como a situação financeira que o país atravessa, a adoção de políticas de Smart Defence e de Pooling & Sharing, a par da tendência dominante para a federalização da União Europeia, constituem fatores passíveis de influenciar a reforma em curso da Defesa Nacional, ao ponto de promoverem uma transformação significativa na identidade das Forças Armadas?».

No sentido de obter resposta e melhor clarificar a QC, ou pergunta de partida, foram levantadas as seguintes **Questões Derivadas** (QD):

QD1: *Até que ponto o quadro de restrição financeira que o país enfrenta é suscetível de influenciar a reforma da DN, com impacto direto na alteração da identidade das FFAA?*

QD2: *Serão as iniciativas de SD e de P&S adotadas pelo Estado Português capazes de promover mudanças na identidade das FFAA?*

QD3: *Que implicações poderão ocorrer no capítulo identitário das FFAA em consequência de um eventual ascendente da tendência federalista no seio da UE?*



Para orientar o estudo e procurar dar resposta à pergunta de partida, através das respostas às questões derivadas, foram construídas as seguintes Hipóteses (HIP):

HIP1: As limitações financeiras com que Portugal se defronta favorecem a adoção de medidas com impacto na transformação identitária das FFAA;

HIP2: As iniciativas de SD e de P&S adotadas pelo Estado Português não constituem fatores estruturantes em matéria de alteração da identidade das FFAA;

HIP3: A tendência federalista no seio da UE influencia a reforma das FFAA, induzindo mudanças na sua identidade.

Metodologia, Percorso e Instrumentos

Em obediência ao método previamente estabelecido, definiu-se, a partir de entrevistas exploratórias informais e de leituras iniciais, a QC que orientará todo o estudo a desenvolver.

Foram ainda elaboradas três QD, com o objetivo de delimitar o âmbito do estudo.

Por fim, e de forma a evitar preconceitos inconscientes que possam limitar a observação e a recolha de dados, recorreremos a proposições provisórias, as HIP, que procuraremos validar.

Atingida esta fase, e em linha com as questões derivadas levantadas, concebemos a seguinte articulação para a estrutura inicial da investigação:

- Estudar a reforma em curso no âmbito da DN através da análise de documentação oficial, com o intuito de estabelecer o enquadramento do problema e determinar situações passíveis de gerar implicações no domínio da identidade das FFAA;
- Analisar os programas implementados e as medidas adotadas pelo Estado Português no quadro das iniciativas de SD e de P&S, com o objetivo de averiguar a existência de medidas suscetíveis de criar situações que possam comprometer a identidade das FFAA;
- Investigar a existência de uma tendência federalista dominante no seio da UE, com o propósito de determinar eventuais implicações, daí decorrentes, para a identidade das FFAA;
- Proceder à caracterização da noção de “Identidade das FFAA”, tendo por base a revisão de literatura sobre os conceitos de Identidade Organizacional (IO) e de Identidade Corporativa (IC), e da subsequente identificação dos traços distintivos



que lhe conferem expressão simbólica-valorativa.

Após a definição da estrutura inicial, prosseguimos com a pesquisa bibliográfica, complementada com uma avaliação empírica, consubstanciada na realização de um inquérito a oficiais, gerais e superiores, dos três ramos das FFAA, já que serão estes, em razão dos papéis de liderança que desempenham na estrutura organizacional, os elementos mais influentes no processo de geração e consolidação da identidade corporativa/organizacional.

A realização deste trabalho obedece aos preceitos estabelecidos na Norma de Execução Permanente (NEP)/ACA-010 IESM JUL2012, baseando-se no método hipotético-dedutivo, o qual *«parte de um postulado ou conceito postulado, como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gera, através de um processo lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real.»* (Quivy, 2008. p. 150).

Como objetivo final pretende-se responder à QC, através da conjugação das análises interpretativa e empírica.

Organização do estudo

O trabalho compõe-se de seis partes: a introdução; quatro capítulos; e as conclusões. No primeiro capítulo, e num primeiro momento, efetua-se o enquadramento jurídico das FFAA, no intuito de observar qual a dimensão institucional que verdadeiramente lhes é conferida em alguns textos fundamentais do Estado. Num segundo momento, será realizada uma contextualização da reforma “Defesa 2020”, por forma a esclarecer quais os contornos que a envolvem e que transformações substantivas efetivamente contempla.

O segundo capítulo será dedicado à análise de fatores estruturantes no quadro da conceção e desenvolvimento da reforma em causa. Em concreto, tratar-se-á de avaliar a influência de três aspetos essenciais: as restrições económico-financeiras que enquadram, circunstancialmente, a realização da reforma; a implementação de medidas no âmbito das iniciativas de SD e de P&S; e a eventual preponderância da tendência federalista no seio da UE.

O terceiro capítulo compreende a identificação e caracterização dos aspetos simbólico-valorativo que corporizam a “identidade das FFAA”, através dos quais se pretende analisar os eventuais efeitos decorrentes da implementação da reforma “Defesa 2020”.



O quarto capítulo será consagrado à avaliação das posições dos Chefes Militares e à análise empírica do inquérito, o que permitirá perceber o modo como é percecionada a reforma das FFAA por aqueles que são, na prática, os “produtores/reprodutores” da sua identidade.

Por último, proceder-se-á à formulação de conclusões, sintetizando a lógica de demonstração das hipóteses previamente enunciadas.



1. Reforma da Defesa Nacional e das Forças Armadas

a. Breve enquadramento jurídico das Forças Armadas

A designação de DN continua ainda a remeter, em boa parte da população, para noções de independência nacional, de integridade do território e de proteção de pessoas e bens. Embora prioritários para a defesa da Nação, estes objetivos não são, contudo, exclusivos das FFAA.

Com efeito, a DN é algo de substancialmente mais vasto, englobando duas componentes fundamentais: uma “não militar”, dedicada a promover a articulação das várias componentes, externas e internas, onde a ação do Estado pode ocorrer; e outra “militar”, comprometida com o estabelecimento e consolidação de uma estrutura armada eficaz e eficiente, capaz de responder às incumbências que lhe estão outorgadas (Vitorino, 1996).

Como o objetivo desta investigação se centra na componente militar da DN, importa examinar, numa breve síntese, o quadro normativo em que se movem as FFAA, e do qual se extrai o valor que o Estado lhes confere.

A definição do estatuto jurídico e organizacional das FFAA está hoje, no essencial, muito próximo do fixado na generalidade dos países do nosso espaço geopolítico, sendo, sobretudo, resultado de desenvolvimentos iniciados com a revolução de abril de 1974. Posteriormente, acontecimentos como a adesão à Comunidade Europeia, em 1986, a queda do Muro de Berlim, em 1989, o desencadear de novos conflitos, quer nos Balcãs, a partir de 1991, quer em África, a partir de meados da década de 90 do sec. XX, e, por fim, o impacto internacional do 11 de setembro de 2001, acabaram por marcar, inexoravelmente, diversas mudanças de perceção política em matéria de segurança e defesa, com importante reflexo na respetiva conceção legislativa.

O edifício normativo que acolhe as FFAA tem sede na Constituição da República Portuguesa (CRP), em cujo artigo 275º se fixa o seu carácter rigorosamente apartidário e a estrita obediência aos órgãos de soberania competentes. Aquele artigo da Lei fundamental consagra ainda às FFAA um papel de excepcional relevo na salvaguarda dos objetivos permanentes do Estado, ao preceituar que a elas incumbe, em permanência, a defesa do território nacional, a satisfação de compromissos internacionais do País, a participação em missões de carácter humanitário e de paz, bem como a colaboração em missões de interesse público (AR, 2005).

Por sua vez, e em estrita observância com o determinado na CRP, a Lei de Defesa



Nacional estabelece, no seu artigo 22º, que as FFAA asseguram, em exclusividade, a componente militar da DN, competindo-lhes, nomeadamente, garantir a independência nacional e a salvaguarda da liberdade e da segurança das populações. O artigo 12º do mesmo diploma atribui ao executivo a condução da Política de DN e das FFAA, enquanto o artigo 23º estatui que a integração das FFAA na administração direta do Estado é feita através do Ministério da Defesa Nacional (MDN), cabendo ao respetivo ministro a responsabilidade política pelo emprego das FFAA e pelas suas capacidades, meios e prontidão (AR, 2009a).

A Lei de Bases da Organização das Forças Armadas, no seu artigo 1º, caracteriza as FFAA como um pilar essencial da DN, estando-lhes reservada a missão fundamental de garantir a defesa militar da República (AR, 2009b).

Finalmente, a Lei orgânica do MDN, confere-lhe, entre outras atribuições, a definição, execução e coordenação das políticas dos recursos humanos, materiais e financeiros das FFAA, legitimando, portanto, a realização de reformas no seu âmbito de competências (Governo, 2011a).

Esta breve passagem por textos fundamentais permitiu apreender a magnitude e importância das responsabilidades confiadas às FFAA, confirmando, de forma inequívoca, o seu papel enquanto instituição basilar no exercício da soberania do Estado.

b. Contextualização da reforma “Defesa 2020”

Dado que com este trabalho se pretende avaliar o impacto na identidade das FFAA das mudanças operadas no quadro da reforma “Defesa 2020”, torna-se forçoso perceber os contornos desta reforma e que transformações substantivas efetivamente contempla.

A implementação da reforma “Defesa 2020” pretende, no entender do atual Executivo, materializar «*medidas que constituem orientações fundamentais da política de defesa Nacional*» previstas no programa do XIX GC (Governo, 2013, p. 2285).

Porém, esta reforma não pode ser vista como um ato isolado, na medida em que se constitui como corolário de desenvolvimentos ocorridos num passado recente, que importa aferir. Adicionalmente, assume também especial relevância avaliar até que ponto as transformações sugeridas pelo processo de reforma em curso se distanciam, ou não, das reformas que têm vindo a ser introduzidas na DN e nas FFAA, em concreto a partir do ciclo legislativo iniciado em 2005.



(1) Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008

A última grande reforma no âmbito da Defesa data de 2008, altura em que o XVII GC aprovou a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 39/2008, de 7 de fevereiro, com o intuito de promover uma profunda reorganização da estrutura superior da DN e das FFAA. Norteavam a empreitada três objetivos prioritários: (1) reforçar a capacidade para o exercício da direção político-estratégica; (2) reforçar a capacidade de resposta militar; (3) obter ganhos de eficiência e eficácia e racionalização das estruturas do MDN, do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e dos Ramos.

Na sequência das orientações então estabelecidas, foi publicado, em 2009, um conjunto de diplomas de carácter estruturante: Lei de Defesa Nacional; Lei de Bases da Organização das Forças Armadas; e Leis Orgânicas da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

(2) Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013

Em 2010, na prossecução dos objetivos reformistas traçados pelo Executivo de José Sócrates, o então ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva, faz publicar a “Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013”, com a finalidade de *«difundir as orientações e prioridades da Política de Defesa Nacional e das Forças Armadas para o quadriénio 2010-2013»* (Governo, 2010a, p. 23151). Uma das prioridades inscritas nesta Diretiva dizia explicitamente respeito à Organização da DN e das FFAA, sendo, a este propósito, salientado que *«(...) a implementação deste processo de reforma constitui uma prioridade, que se materializa em diferentes projetos e iniciativas»* (Governo, 2010a, p. 23153).

As orientações específicas para a implementação da reforma seriam, por sua vez, alvo de um diploma próprio, a “Diretiva Ministerial para a Implementação da Reforma”, cujos objetivos contemplavam, nomeadamente: a transformação do EMGFA, com a tarefa prioritária centrada na criação do Estado-Maior Conjunto (EMC) e na ativação do Comando Operacional Conjunto (COC); a reconfiguração dos Comandos Operacionais dos Ramos em Comandos de Componente, promovendo a sua articulação, em permanência, com o COC e estabelecendo a respetiva localização integrada em Monsanto; a implementação do Hospital das Forças Armadas (HFAR); e a continuação do processo de extinção da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (Governo, 2010b).

Porém, não obstante as intenções expressas nas iniciativas legislativas que tiveram lugar a partir 2008, o certo é que até à queda do XVIII GC, em junho de 2011, as



alterações práticas registadas nas FFAA cingiram-se, basicamente, a uma nova estrutura do EMGFA (com a criação do EMC e do COC) e ao desenvolvimento de ações conducentes à implementação do HFAR, cuja constituição ocorreu apenas em 2013.

(3) Programa do XIX Governo Constitucional

Com a tomada de posse do XIX GC, em 21 de junho de 2011, iniciou-se um novo ciclo político na DN, embora as orientações e prioridades não apresentem alterações de substância, como adiante se verá.

Assumindo uma clara postura de continuidade na abordagem à problemática da Defesa, o novo Executivo defende, em sede de Programa, a ideia central de que a primeira preocupação do Estado deve ser a preservação da independência nacional e a garantia da sua autonomia face a terceiros, assinalando, simultaneamente, que a relevância internacional de um Estado depende da sua capacidade para contribuir ativamente na manutenção da paz e da segurança internacionais num quadro multilateral (Governo, 2011b).

Neste sentido, propõe, designadamente, as seguintes medidas: reforço do relacionamento com a NATO e a UE; incremento da participação das FFAA em missões internacionais; reorganização e racionalização do MDN e da Estrutura Superior das FFAA; racionalização da despesa e dos recursos humanos; desativação de unidades e sistemas de armas não essenciais; concretização da reforma da saúde; e realização da reforma do ensino militar (*idem*).

(4) Despacho n.º 149/MDN/2012

Em 12 de junho de 2012, o Ministro da Defesa Nacional, Aguiar Branco emite o Despacho n.º 149/MDN/2012, de 12 de junho, intitulado Diretiva para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, onde reconhece que «*a organização da Defesa Nacional tem sido objeto de iniciativas conducentes à sua adequação às novas realidades estratégicas, originando prolongados processos de adaptação, que, muitas vezes, antes da sua própria conclusão, foram ultrapassados por desafios inesperados e que não puderam ser antecipados, ou por orientações que, na prática, suspendem a execução dos processos de reorganização.*» (Governo, 2012a, p.1). Na ótica do Ministro, isso mesmo se verificava no ciclo iniciado em 2005, em que as alterações produzidas no âmbito da reorganização do modelo de estrutura superior da DN e das FFAA careciam de «*ajustamentos, de modo a prosseguir a racionalização das estruturas e a redução dos custos fixos associados.*» (*ibidem*).



Nesse sentido, a Diretiva em causa determinou a criação de um Grupo de Trabalho, com o encargo de apresentar um projeto da estrutura superior da DN e das FFAA até 30 de julho de 2012, e estabeleceu as orientações específicas para a realização da tarefa.

Assim, ao nível do MDN, pretendia-se: Implementar uma plataforma transversal de apoio à decisão; e prosseguir a racionalização dos recursos humanos do MDN, identificando redundâncias com o EMGFA.

No EMGFA, tencionava-se: Reduzir estruturas e órgãos; estudar colocação na dependência do COC do Centro de Informações Militares (CISMIL) e dos Comandos Operacionais dos Açores e da Madeira; estudar a reformulação do Centro de Situação e Operações Conjuntas (CSOC), e propor uma nova localização para o COC; e criar uma Inspeção das Forças Armadas na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).

No âmbito da saúde militar, a intenção centrava-se no estudo para a criação de um órgão coordenador.

Por fim, avançava-se com a hipótese de conclusão do processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e respetiva publicação em Diário da República, em outubro de 2012, estabelecendo-se que a implementação da nova estrutura seria realizada, de modo gradual, até ao final de janeiro de 2015.

Em concreto, esta Diretiva pouco veio acrescentar às orientações para a execução da reorganização da estrutura superior da DN e das FFAA, gizadas, em 2008, pelo XVII CG. Com efeito, excetuando as propostas de estudo da colocação do CISMIL e dos Comandos Operacionais dos Açores e da Madeira na dependência do COC, a par da criação de uma Inspeção das Forças Armadas na dependência do CEMGFA, tudo o resto já havia sido, no essencial, equacionado anteriormente.

Ainda assim, as alterações preconizadas em sede do Despacho n.º 149/MDN/2012, de 12 de junho, não chegaram a verificar-se, nem sequer o desejo do Ministro quanto à data de conclusão do processo de revisão do CEDN.

(5) Reforma “Defesa 2020”

Na sequência da publicação do CEDN, a 21 de março de 2013, e antes de concluído o Conceito Estratégico Militar (CEM), o Executivo fez aprovar, em 11 de abril de 2013, a RCM n.º 26/2013, “Reforma Estrutural para a Defesa Nacional”, designada por Reforma “Defesa 2020”². Sem grandes novidades, o documento sustenta que o centro de gravidade

² *vd.* RCM n.º 26/2013, de 11 de abril.



da transformação a operar passa pela definição e implementação de um modelo sustentável para a DN e FFAA, cuja medida fulcral assenta na racionalização da despesa militar e se organiza em torno de dois conjuntos de ações: Na reorganização e racionalização do MDN e da estrutura superior das FFAA e na desativação de unidades e sistemas de armas não essenciais; e na racionalização dos recursos humanos das FFAA, e no reagrupamento geográfico dos órgãos superiores da DN (Governo, 2013b).

Neste sentido, define-se um nível de ambição (cuja expressão em termos de sistema de forças nacional privilegia uma estrutura baseada em capacidades de natureza conjunta) com uma organização modular e flexível, constituída em três conjuntos de forças: Uma Força de Reação Imediata (FRI) – de elevada prontidão, orientada para o resgate de cidadãos nacionais em zonas de crise ou conflito e de resposta nacional autónoma em situações de emergência complexas; um conjunto de Forças Permanentes de Ação de Soberania (FPAS) – destinadas a missões de defesa aérea, patrulhamento, vigilância e fiscalização marítima e aérea, mas também de vigilância terrestre, busca e salvamento, defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR), de interesse público e de resposta a catástrofes, no território nacional e nas áreas de jurisdição ou responsabilidade nacional; Um Conjunto Modelar de Forças – para empenhamento no exterior (as Forças Nacionais Destacadas), no âmbito da defesa coletiva e da segurança cooperativa, por períodos de seis meses (*idem*).

Também aqui, as diferenças face à atual estrutura de forças são evidenciadas, sobretudo, ao nível das novas designações conferidas.

No que diz respeito aos rácios da despesa, a Reforma “Defesa 2020” avança com a intenção de equilibrar as componentes de pessoal/investimento/operação, definindo como “base orçamental estável para defesa nacional” o valor de 1,1% ($\pm 0,1$) do Produto Interno Bruto (PIB), afetando 60% em pessoal, 25% em operações e manutenção, e 15% em investimento em capacidades, incluindo investigação (Governo, 2013d).

Quanto ao dispositivo territorial, as orientações vão no sentido do seu redimensionamento, com a redução efetiva de 30% ao nível dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos das FFAA, sendo que 50% desta redução deverá estar concluída até 31 de dezembro de 2015 e o restante em 2020 (*idem*).

Finalmente, no quadro das orientações para a reorganização da macroestrutura da DN e das FFAA, o atual Executivo defende uma maior integração de estruturas de comando e direção e de órgãos e serviços administrativos e logísticos, seguindo uma lógica



que privilegie a atuação conjunta.

Assim, são estabelecidos três objetivos. O primeiro, dedicado ao comando e emprego dos meios, envolve três medidas: Reforço das competências do CEMGFA para dirigir a estratégia militar superiormente aprovada (embora não se constate qualquer alteração de monta relativamente ao estabelecido pela RCM 39/2008, de 7 de fevereiro); adaptação da estrutura do EMGFA, tendo em vista, por um lado, eliminar duplicações de tarefas com o MDN, e, por outro, potenciar a capacidade de planeamento e execução de operações, estabelecer uma capacidade conjunta de avaliação e análise operacional, e criar um serviço central que coordene as comunicações e os sistemas de informação (trata-se igualmente de uma medida já contemplada na RCM 39/2008, de 7 de fevereiro); e reconfiguração do COC e dos comandos de componente dos Ramos, promovendo a otimização de meios e recursos e a cooperação (medida já contemplada em sede do Despacho n.º 7770/2010, de 16 de abril de 2010, do Ministro da Defesa Nacional).

O segundo objetivo dirige-se ao redimensionamento da estrutura, de modo a assegurar um funcionamento sustentável, sendo definidas três medidas: Uniformização e racionalização da estrutura superior dos Ramos; redução de efetivos, cuja dimensão global deverá situar-se entre 30.000 a 32.000³ em 2020, estabelecendo-se uma redução de 2.000 efetivos em 2014, de 2.000 em 2015 e na distribuição progressiva dos restantes até final de 2020; e intenção de criar, a médio prazo, um Instituto Universitário Militar, que integrará o IESM, a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea, avançando-se, no curto prazo, com o reforço da formação conjunta (*idem*).

O terceiro objetivo é direcionado aos processos de aquisição, recrutamento e inovação, preconizando-se cinco medidas: Reestruturar e redimensionar os serviços do MDN, concentrando num único serviço a Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e a Direção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa (DGAIED); estudar novas modalidades para o Dia da Defesa Nacional; redimensionar os quadros do pessoal civil para cerca de 70% do atual, até finais de 2015; prosseguir a reestruturação do apoio social; e reestruturar o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, constituindo-o como um serviço comum da DN.

c. Síntese conclusiva

Da análise efetuada ao longo do presente capítulo ressalta, desde logo, a convicção de que a reforma estrutural da DN e das FFAA, designada por Reforma “Defesa 2020”,

³ Incluindo os que se encontrem na situação de reserva na efetividade de serviço.



não contempla, em termos práticos, alterações substantivas face ao projeto do anterior Governo, quer em termos de estruturas, quer no tocante às missões, quer, finalmente, em matéria de responsabilidade e competências. Aliás, a jornalista Helena Pereira, em artigo publicado no semanário *Sol* de 20 de fevereiro de 2013, a propósito do eventual descontentamento dos chefes militares com a reforma preconizada pelo Ministro Aguiar Branco, dava conta que o Governo se defendia das críticas «(...) alertando que grande parte das medidas já estava prevista desde Fevereiro de 2008, altura em que o ministro socialista Augusto Santos Silva fez aprovar em Conselho de Ministros uma resolução com as principais linhas de reforma. Esta já continha a fusão das academias, o emagrecimento da estrutura superior de Defesa e a co-localização dos comandos operacionais, entre outras medidas.» (Pereira, 2013).

Por outro lado, está ainda por determinar que impactos terão medidas como a integração das Academias (sendo previsível que, por razões de «*salvaguarda das especificidades próprias de cada área de formação*» (Governo, 2013b, p. 2288), cada Ramo continue a ter o seu “polo académico”), ou a junção de órgãos no MDN (é de prever que a fusão da DGPRM e da DGAIED resulte numa mera aglutinação dos dois órgãos, como aconteceu com a concentração de funções da Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa e da Direção-Geral de Infra-Estruturas num só órgão, a atual DGAIED).

A redução dos efetivos e do dispositivo territorial, nos moldes avançados, constituem, porém, uma novidade.



2. Fatores estruturantes da reforma “Defesa 2020”

a. Condicionalismos da crise económico-financeira

A queda do banco de investimento *Lehman Brothers*, em 2008, seguida, no espaço de poucos dias, pela falência técnica da *American International Group* (AIG), a maior seguradora norte-americana, criou um verdadeiro terramoto nos mercados financeiros mundiais, provocando danos incalculáveis sobretudo na Europa.

O impacto não se fez tardar em “terras lusas”. A 7 de Abril de 2011, depois da Grécia e da Irlanda, Portugal não resiste à pressão dos mercados e torna-se o terceiro Estado-Membro da Zona Euro a pedir ajuda financeira internacional. Em maio de 2011 é rubricado o Programa de Apoio Económico e Financeiro (PAEF) entre o Estado Português, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, visando o equilíbrio das contas públicas e o aumento da competitividade.

Portugal assumia o compromisso de atingir um défice de 5,9% em 2011, 4,5% em 2012 e 3% em 2013 (Troika, 2011), como contrapartida ao empréstimo pecuniário de 78 mil M€, o que obrigava à implementação de um plano reformas estruturais na área das finanças públicas, com repercussões em todos os domínios do Estado.

A 11 de agosto de 2011, Vítor Gaspar, Ministro de Estado e das Finanças, tornou público o “Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015” (DEO), qualificando-o como um «*marco estrutural do Programa de Assistência Económica e Financeira.*» (Gaspar, 2011). Para além das medidas de carácter transversal a toda a administração pública, o DEO contemplava também medidas especificamente dirigidas às FFAA. Concretamente, estabelecia: «*No que respeita a sectores específicos importa referir a adoção de medidas com vista à diminuição do pessoal da área da Defesa (pessoal militar) em, pelo menos, 10% durante o período entre 2011 e 2014.*». (Governo, 2011c: 39).

A 14 de fevereiro de 2013, em declarações à Televisão Independente (TVI), Aguiar Branco revelou, por seu turno, a intenção do Governo em providenciar um corte efetivo de despesa na Defesa em cerca 218 M€ (Petronilho, 2013). Posteriormente, em 16 de abril 2013, a RCM n.º 26/2013⁴, de 19 de abril, veio estabelecer um conjunto de medidas dirigidas à reestruturação nas FFAA, com vista, segundo a narrativa governamental, à sua maior eficiência e eficácia.

Procurando atingir tal desiderato, o Governo traçou um conjunto de linhas de ação para a Defesa, donde se destacam, pelo impacto financeiro implícito, as seguintes medidas:

⁴ Iniciativa legislativa que estabelece a Reforma “Defesa 2020”.



delimitar em 1,1 % ($\pm 0,1$) do PIB o compromisso orçamental estável para a DN; ajustar os rácios de despesa em 60 % para pessoal, 25 % para operação e manutenção e 15 % para investimento, progressivamente e até 2020; redimensionar as FFAA para um efetivo global entre 30.000 e 32.000 militares, a conseguir pela redução de 2.000 efetivos em 2014 e de outros 2.000 em 2015, e na distribuição progressiva dos restantes até final de 2020; ajustar os quadros do pessoal civil do conjunto da DN para cerca de 70 % do atual, até final de 2015; e redimensionar o dispositivo territorial assente na redução efetiva de 30 %, ao nível dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos das FFAA.

Aqui chegados, torna-se necessário procurar perceber, por um lado, até que ponto a crise económica influenciou os cortes projetados em sede da reforma “Defesa 2020”, e, por outro, em que medida tais cortes são, ou não, passíveis de comprometer o produto operacional das FFAA e, por acréscimo, a sua estabilidade identitária.

Apesar da dificuldade em prever os impactos decorrentes da aplicação das medidas previstas na reforma “Defesa 2020”, pela ausência de instrumentos fíáveis para o fazer, será sempre possível realizar uma avaliação da realidade atual das FFAA, com enfoque nos recursos financeiros e humanos, aqueles onde as medidas preconizadas têm especial incidência, procurando-se apurar eventuais desequilíbrios passíveis de ajustamentos. Para tal, recorrer-se-á quer a dados históricos da DN, quer, como termo de comparação, a indicadores respeitantes a países situados no nosso espaço geopolítico, com quem detemos afinidades e partilhamos alianças.

(1) Despesa

Em termos da despesa referente à DN (*vide* Gráfico 1), a evolução tem sido praticamente constante desde o início do século – excetuando o pico registado em 2010 (3.079,8 M€), motivado pela operação extraordinária de contabilização respeitante à receção dos submarinos –, variando entre 1.682,5 M€, em 2006, e 1.943,6 M€, em 2011.

Relativamente a 2014, e atendendo ao valor inscrito no Orçamento do Estado para a DN, 1.932,2 M€ (Governo, 2013e), admite-se que a execução orçamental registre valores semelhantes aos dos últimos anos.

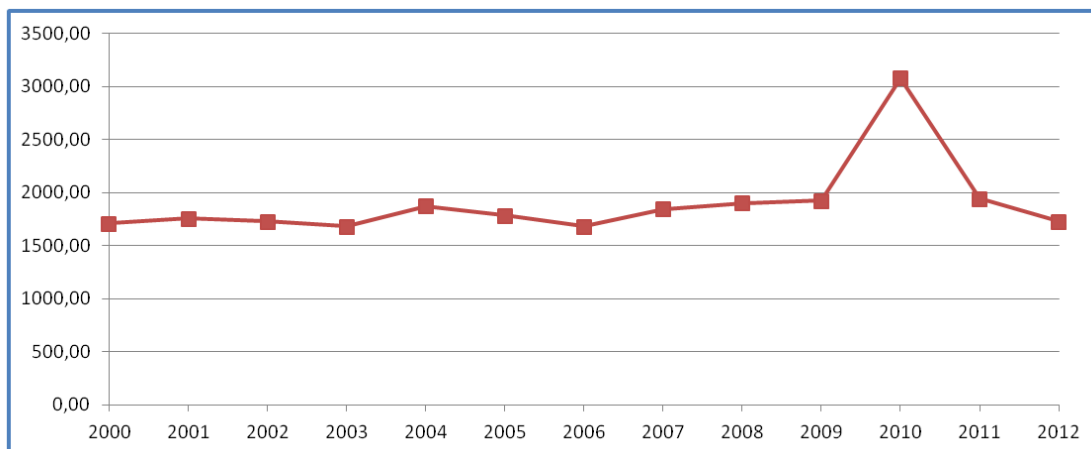


Gráfico 1 - Evolução da despesa com a DN entre 2000-2012 a preços correntes

Fonte: PORDATA (2013)

No tocante à evolução do peso relativo da despesa com a DN, em percentagem do PIB, face à despesa total, observa-se igualmente uma tendência praticamente constante, oscilando entre 1,0% e 1,3%, excetuando, uma vez mais, o ano atípico de 2010 (1,8%), sendo intenção do Governo, conforme objetivo previsto na reforma “Defesa 2020”, estabilizar o orçamento da Defesa em 1,1% ($\pm 0,1$) do PIB.

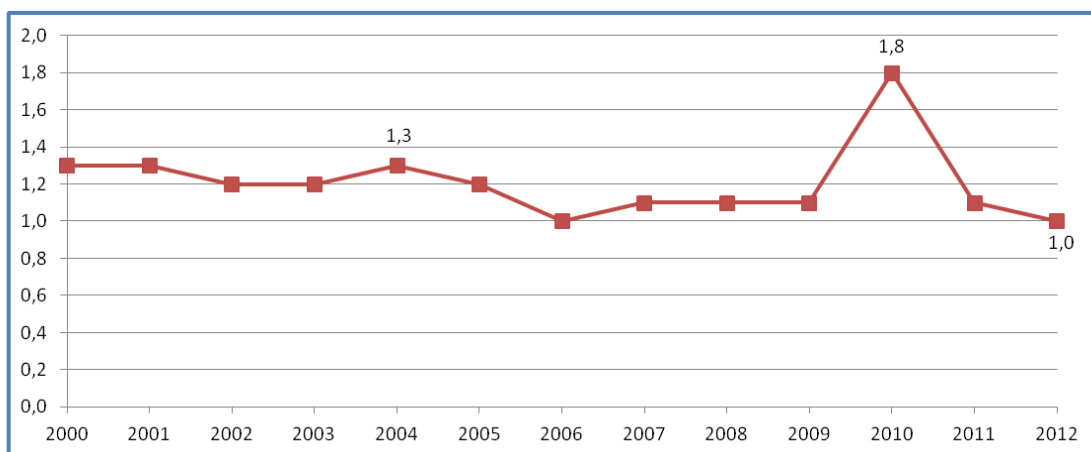


Gráfico 2 - Evolução da despesa com a DN entre 2000-2012 em % do PIB

Fonte: PORDATA, 2013

No que concerne à evolução da estrutura da despesa, tendo em conta os agrupamentos “Pessoal”, “Operação e Manutenção” e “Investimento”, verifica-se que os encargos com pessoal se mantêm elevados (*vide* Tabela 1). Porém, o facto da componente “Pessoal” absorver a maior parte dos recursos atribuídos à DN pode não resultar de um sobredimensionamento do número de militares, como aliás defende Santos (2012: 77) para quem os efetivos se encontram «*bem proporcionados e não devem ser diminuídos*».

Como quer que seja, a desproporção existente entre os agrupamentos da despesa tende a comprometer o produto operacional das FFAA, enquanto o desadequado nível de



investimento compromete o reequipamento e a operacionalidade no futuro. Não certamente por acaso, uma das intenções constantes na reforma “Defesa 2020” é equilibrar os rácios de despesa em 60% para pessoal, 25% para operação e manutenção e 15% para investimento, de forma progressiva até 2020.

Tabela 1- Peso percentual dos agrupamentos da despesa

Fonte: (Mata, 2013)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento
2004	66,6%	19,1%	14,3%
2005	63,0%	18,2%	18,8%
2006	68,9%	19,9%	11,2%
2007	65,2%	20,0%	14,8%
2008	60,8%	19,4%	19,8%
2009	65,3%	15,8%	18,9%
2010	64,6%	20,5%	14,9%
2011	65,2%	18,1%	16,7%
2012	63,5%	20,2%	16,3%
Média	64,8%	19,0%	16,2%
Meta	60,0%	25,0%	15,0%

Olhando agora para a realidade presente em países que integram a NATO, e utilizando os últimos dados disponibilizados pela Aliança⁵, verifica-se, conforme Tabela 2, que a despesa com a DN, em percentagem do PIB, não só permanece relativamente estável, como também não difere grandemente dos países com uma dimensão equivalente à nossa, acompanhando, de muito perto, a média registada nos aliados europeus.

Tabela 2 - Despesa da Defesa em percentagem do PIB

Fonte: (NATO, 2012)

País	2007	2008	2009	2010	2011
Reino Unido	2,4	2,6	2,7	2,7	2,6
Grécia	2,7	3,0	3,2	2,6	2,1
França	2,4	2,3	2,1	2,0	1,9
Polónia	1,8	1,5	1,7	1,8	1,7
Portugal	1,4	1,5	1,6	1,6	1,5
Noruega	1,5	1,4	1,7	1,6	1,5
Dinamarca	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5
Itália	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4
Alemanha	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4
Holanda	1,5	1,4	1,5	1,4	1,3
Bélgica	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1
Espanha	1,2	1,2	1,2	1,1	0,9
NATO Europa	1,7	1,7	1,8	1,7	1,6

⁵ Os dados em causa constam na publicação *Financial and Economic Data Relating to NATO Defence*, de 13 de abril de 2012, e são obtidos através de uma metodologia própria.



Importa notar que desde o início do novo milénio e até 2010 os orçamentos de defesa da UE mantiveram-se razoavelmente estáveis num valor à volta de 200 mil milhões de euros (Euro-Defense, 2012), mas segundo o *Stockholm International Peace Research Institute* esta situação está a mudar rapidamente (SIPRI, 2013a).

Com efeito, a severidade de uma crise económica prolongada levou a que a maioria dos países europeus de dimensão média efetuasse cortes entre 10% a 15% no setor militar, enquanto os países de pequena dimensão registam decréscimos na ordem dos 20%.

Os países de maior dimensão, por seu turno, registaram, em média, cortes de 7% a 8% nos seus orçamentos de Defesa. No Reino Unido, por exemplo, está em curso um plano de redução da despesa no setor da Defesa de 7,5%, entre 2011-2016, correspondente a 3,255 mil milhões de euros. A França, no período de 2011-2013, imprimiu uma redução de 3,7%, que ascendeu a 1,460 mil milhões de euros, a que se seguirá mais 4% em 2014 e 2015. Em 2013, a Alemanha planeou cortar cerca de 7,3 mil milhões de euros na defesa, para além de reduções substanciais no seu arsenal militar, enquanto na Itália os cortes deverão ter ascendido a 5 mil milhões de euros. A Holanda, 6ª maior economia da UE, prevê efetuar cortes de 13% no orçamento de Defesa até 2015 (O'Donnell, 2012; Struys, 2012; RAND, 2012; Deloitte, 2013).

Já os Estados Unidos da América reduziram só em 2012 e 2013 mais de 60 mil milhões de euros na Defesa, estando ainda previsto o corte de 190 mil milhões de euros nos próximos quatro anos (DOD, 2013).

Como se percebe, o setor da Defesa tem vindo, de forma generalizada, a sofrer fortes constrangimentos financeiros, inclusive em economias avançadas.

(2) Efetivos

Consequência direta dos cortes nos orçamentos é a diminuição do número de militares. Com efeito, boa parte dos países europeus têm vindo a reduzir os efetivos, que, em alguns casos, chegam a atingir dezenas de milhar (*vide* Tabela 3).



Tabela 3 - Redução de efetivos em países europeus

Fonte: (IAI, 2012; RAND, 2012; CSIS, 2012; BI, 2012)

País	Redução de efetivos
Inglaterra	- 42.000 até 2015
França	- 34.000 até 2019
Espanha	- 15.000 até 2025
Holanda	- 12.000 até 2016
Alemanha	- 36.000 até 2017
Itália	- 50.000 até 2024
Portugal	- 6/8.000 até 2020

Em relação à despesa com pessoal, constata-se que Portugal é o país que mais gasta, em termos relativos, apresentando um valor exageradamente elevado: mais do dobro do Reino Unido, mais 30% do que a Noruega e mais 20% do que a Polónia (vide Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição percentual dos gastos com pessoal

Fonte: (NATO, 2012)

País	2005-2009	2010	2011
Portugal	75,50%	70,20%	78,50%
Bélgica	75,10%	75,50%	75,40%
Itália	75,20%	75,10%	74,80%
Grécia	71,20%	65,00%	73,90%
Espanha	53,00%	63,40%	64,80%
Polónia	57,80%	56,80%	58,20%
Noruega	43,10%	52,30%	53,80%
Holanda	48,80%	52,30%	53,80%
Alemanha	55,40%	52,70%	52,30%
Dinamarca	52,30%	50,80%	52,20%
França	55,70%	47,60%	49,40%
Reino Unido	38,90%	35,7%	35,80%

Acresce que, quando se compara o peso dos efetivos militares em relação à população (vide Tabela 5), verifica-se que a realidade portuguesa está acima da maioria dos países do nosso espaço geopolítico, apenas superado pela Grécia e pela Noruega, que, ainda assim, têm um encargo menor que Portugal com pessoal.



Tabela 5 - Militares por mil habitantes em 2012

Fonte: (IISS, 2013)

País	Número de militares (Milhares)	População (Milhões)	Militares por 1000 hab.
Grécia	144.350	11.306	12,77
Noruega	24.450	5.096	4,80
Portugal	38.203	10.487	3,64
França	228.850	65.860	3,47
Bélgica	32.650	11.180	2,92
Itália	181.450	60.341	3,01
Dinamarca	16.450	5.623	2,93
Espanha	135.500	46.704	2,90
Reino Unido	165.650	63.705	2,60
Polónia	96.000	38.502	2,49
Alemanha	196.000	81.758	2,40
Holanda	37.400	16.834	2,22

No tocante à estruturação dos recursos humanos nas FFAA, um estudo do Instituto de Defesa Nacional (IDN), revelou dois tipos de desequilíbrios: um, respeitante ao *ratio* entre militares do quadro Permanente (QP) e do Regime Voluntário (RV)/Regime de Contrato (RC); e outro, relativo ao *ratio* entre Oficiais, por um lado, e Sargentos e Praças, por outro. Com efeito, segundo revela o estudo, de um total estimado de 34.500 militares no ativo, mais de metade (17.888) são do QP, quando deveria ser o contrário. Por outro lado, a distribuição por classes – 19,5% Oficiais, 31,5% Sargentos e 44,5% Praças – configura uma composição estrutural “cilíndrica”, afastando-se da desejável estrutura “piramidal”, que se traduz, *grosso modo*, por um oficial para cada 1,5 sargentos e 2 praças (IDN, 2013). Uma realidade bem diferente da observada, por exemplo, nas Forças Armadas Britânicas: 17% de Oficiais, 23% de Sargentos e 60% de praças (FOM, 2012).

b. Iniciativas externas de cooperação – *Smart Defence e Pooling and Sharing*

Apesar da crise económica ter vindo a suscitar cortes descoordenados nos orçamentos da Defesa, acabou também por reavivar o interesse na cooperação bilateral e multilateral, como forma de mitigar o continuado desinvestimento no domínio militar.

De facto, com os orçamentos em queda e o custo das capacidades modernas a aumentar (devido não só à crescente complexidade tecnológica do equipamento de defesa, mas também à quebra dos volumes de produção), muitos países europeus terão que escolher entre a congregação em torno de certas capacidades ou a sua perda definitiva por limitação orçamental.



Conscientes desta trajetória, tanto a NATO como a UE têm vindo a intensificar esforços com o intuito de envolver os países europeus em projetos de cooperação, sob as bandeiras da SD e do P&S, respetivamente, mas cujos resultados estão, por enquanto, ainda longe dos desejados.

A limitada adesão às iniciativas de SD e de P&S é, em certa medida, atribuída aos riscos que as associam a uma eventual perda de soberania nacional. Aliás, não será por acaso que o novo CEDN, a propósito da crise económica e financeira da UE e do relevo que na sua sequência foi dado ao desenvolvimento partilhado de capacidades, alerta para a necessidade de *«avançar com acordos bilaterais e multilaterais nesta dimensão, com regras claras que garantam uma utilização eficaz deste instrumento, sem perda de autonomia das Forças Armadas Portuguesas.»* (Governo, 2013c).

Por conseguinte, torna-se agora pertinente perceber o que são a SD e o P&D, e qual o grau de envolvimento das FFAA naqueles domínios, bem como que perspectivas se antevêm neste contexto.

(1) *Smart Defense*

(a) **Conceito**

No discurso pronunciado na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2011, o Secretário-geral da NATO, Anders Rasmussen, definiu a SD como uma abordagem específica capaz de garantir maior segurança por menos dinheiro, através da congregação e partilha de recursos, de modo a que as Nações Aliadas suportem conjuntamente a aquisição das capacidades requeridas, em prol do benefício da Aliança no seu todo (Rasmussen, 2011).

Desde então, Rasmussen adotou o conceito como um dos objetivos centrais do seu mandato, descrevendo-o, frequentemente, como uma prioridade vital para a Aliança.

De acordo com a narrativa oficial, a base conceptual da SD assenta em três pilares fundamentais: **Priorização** – A SD fornece a possibilidade de desenvolvimento de capacidades-chave de modo mais acessível, facilitando a resposta ao constante desafio que desde sempre constitui o alinhamento das prioridades das Nações com as da Aliança Atlântica; **Cooperação** – Atuando em conjunto, as Nações podem obter economias de escala e assim aceder a recursos que isoladamente não teriam condições de suportar; **Especialização** – Reconhecendo o direito soberano dos Aliados sobre os seus inventários nacionais de Defesa, a SD pode facilitar a especialização planeada em diversas áreas, em oposição à inevitável supressão descoordenada de capacidades que os cortes orçamentais



podem originar (NATO, 2012).

De entre os três pilares em que assenta a SD, o da “especialização” é seguramente aquele que levanta mais celeuma, pelo menos dos pontos de vista político e militar. Com efeito, várias críticas têm sido feitas em relação a este ponto, sendo hoje mais ou menos consensual por parte dos países Aliados de pequena e média dimensão, que a especialização lhes trará consequências negativas porque, aparentemente: reduz a flexibilidade estratégica de longo prazo; transfere para as mãos das Nações mais poderosas a liberdade política para agir; provoca a sujeição das suas indústrias de defesa; favorece a perda da possibilidade de integrar operações não-OTAN (ONU ou UE); e acarreta a perda da capacidade de qualificar oficiais para o desempenho de determinadas funções em ambientes operacionais nos vários Quartéis-generais da NATO, reservando aos grandes Estados o provimento de cargos que requerem qualificações específicas (Novotný, 2012).

(b) Desenvolvimento

Na sequência do acordado na Cimeira de Lisboa, os Ministros da Defesa dos países da NATO emitiram uma orientação para o desenvolvimento de capacidades através de uma abordagem multinacional e inovadora: o NATO *Building Capability Through Multinational Approaches*, vulgarmente conhecida por *Smart Defense*.

Foi assim atribuído ao *Allied Command for Transformation* (ACT) a responsabilidade de, em colaboração com os Aliados, elaborar recomendações práticas no sentido de suprimir as lacunas da NATO através de iniciativas de cooperação multinacional. O trabalho final foi sistematizado em três categorias: **Tier 1** – Integrava os projetos que requeriam pouco investimento, já possuíam “nações-líder” e estavam em condições de serem desenvolvidos e implementados; **Tier 2** – Contemplava os projetos entendidos como viáveis e que poderiam ser desenvolvidos e implementados se para tal existisse vontade; e **Tier 3** – Incluía as propostas com potencial significativo para o desenvolvimento de capacidades através de abordagens multinacionais, que poderiam ser exploradas pelas nações com o apoio dos pertinentes órgãos da Aliança. (NATO, 2011).

No final do ano transato, das 150 soluções multinacionais identificadas pelo ACT apenas 28 se constituíram em projetos efetivos de SD, em particular no campo das operações e dos equipamentos destacáveis, nomeadamente *Missile Defence*, *Intelligence*, *Surveillance and Reconnaissance*, e *Multinational Logistics*, áreas acordadas como prioritárias na cimeira da NATO de Lisboa (Rodrigues, 2013).



(c) Participação nacional

Do lote de projetos inicialmente identificados pelo ACT, onze foram assinalados pelas FFAA como convenientes para Portugal, cinco na categoria *Tier 1* e seis na categoria *Tier 2*. De todos estes projetos apenas dois, ambos *Tier 1*, se encontram atualmente ativos, o *Communication and Information Systems (CIS) e-Learning Training Centres NetWork* e o *Harbour Protection*, nos quais Portugal se constitui como “Nação Líder” (Rodrigues, 2013).

O projeto *CIS e-Learning Training Centres NetWork* assenta numa Academia “Cisco” instalada na Escola Prática de Transmissões do Exército, no Porto, tendo como objetivo a certificação de competências no desenho, construção e manutenção de infraestruturas de rede. Na sequência de investimentos em *hardware* e *software* realizados em 2012, foram já criadas todas as condições necessárias à lecionação dos respetivos cursos de formação. Porém, a adesão não tem sido muito significativa, sendo que das onze nações inicialmente interessadas apenas estão confirmadas cinco (Albânia, Letónia, Luxemburgo, Polónia, Inglaterra) (*idem*).

O segundo projeto é o *Harbour Protection*. A sua implementação tem como objetivo dotar os portos com um sistema capaz de planear a disposição de sensores e atuadores, permitindo o comando e controlo necessários para detetar ameaças e garantir a proteção portuária. Trata-se de uma capacidade que está a assumir uma importância muito significativa no seio da Aliança, tendo sido identificada como uma lacuna capacitária e, nesse sentido, integrada no *Minimum Capability Requirements* do Ciclo de Planeamento de Defesa da NATO.

O projeto *Harbour Protection* teve início em 2012, estando atualmente em curso os trabalhos de definição da metodologia que permitirá quantificar e qualificar cada elemento do sistema de proteção portuária, continuar o trabalho de desenvolvimento do *Standardization Agreement (STANAG) Harbour Protection* e iniciar a discussão e preparação da doutrina tática sobre esta matéria.

Até ao momento, o projeto conta com a participação confirmada do Reino Unido, Itália, Dinamarca e Polónia, aguardando-se, proximamente, a formalização por parte de Roménia, Turquia e Estados Unidos da América.

Não obstante os esforços da Aliança, o *feedback* das Nações em relação à SD não tem sido muito encorajador. O recurso à cooperação e à especialização como formas de compensar deficiências da Defesa parece comportar receios acrescidos, quer em matéria de



política externa, quer na tomada de decisões estratégicas dos Estados. Apesar de manter uma postura prudente e atenta relativamente à questão da “especialização”, Portugal sempre apoiou a SD, sendo previsível que assim continue atendendo ao investimento já efetuado nos dois projetos em que atua como “Nação Líder”. (*idem*).

(2) *Pooling & Sharing*

(a) **Conceito**

O P&S é algo que remonta aos tempos da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Já no início deste século, em 2003, o conceito ressurgiu no âmbito da estratégia Europeia de Defesa e é reavivado, um ano depois, com o surgimento da Agência Europeia de Defesa (EDA). Mas é na Reunião dos Ministros da Defesa da UE em Ghent, a 24 de setembro de 2010, que o P&S é relançado ao ser eleito como o instrumento com potencial para mitigar as consequências da crise económico-financeira por, supostamente, promover a redução dos custos de manutenção das capacidades militares e melhorar a interoperabilidade entre as várias forças europeias (Leal, 2012).

Em termos conceptuais, o P&S não difere grandemente da SD, baseando-se também em três componentes essenciais: a **partilha**, que ocorre quando vários Estados-Membros decidem usar capacidades numa lógica partilhada; a **divisão**, que acontece quando um Estado-Membro renuncia a capacidades na suposição, ou garantia, de que outros países irão disponibilizá-las quando tal for necessário; e a **especialização**, através do desenvolvimento de “nichos de capacidades”, domínio que parece atrair, sobretudo, países de pequena e média dimensão, a quem a crise financeira retirou a possibilidade de manter um espectro alargado de capacidades (Faleg, 2012).

(b) **Desenvolvimento**

Apesar da “Iniciativa de Ghent”⁶, ser reconhecida como o momento político que fez ressurgir o P&S, só em maio de 2011 o *Steering Board* da EDA incumbiu a Agência de, em conjunto com o Comité Militar da UE, produzir propostas para dinamizar aquele instrumento.

Em 30 de novembro de 2011, os 26 Estados-Membros da EDA⁷ aprovaram a prossecução de 11 projetos de P&S, a que, posteriormente, se juntaram mais 5.

⁶ *Food for Thought Paper* sueco-alemão, de 2010, que apresenta propostas para preservar e melhorar, com eficiência de custos, as capacidades operacionais dos Estados-Membros da UE.

⁷ Em 2011 a UE tinha 27 Estados-Membros, todos eles membros da EDA, com exceção da Dinamarca.



Até à presente data, um dos projetos mais bem-sucedidos da EDA é o *Helicopter Training Programme* (HTP). Em 2012 foram realizados dois exercícios, um dos quais em Portugal, no âmbito do qual foi conferida formação a 56 tripulações e a mais de 3.000 militares de apoio logístico.

Outras iniciativas que têm recolhido algum sucesso são, designadamente, o programa de treino para pilotos de caça, a criação de sistemas de intercâmbio de informações marítimas e o desenvolvimento de um hospital de campanha modular. Porém, o projeto bandeira do P&S, é a capacidade de reabastecimento aéreo, que recebeu especial atenção na sequência da intervenção militar na Líbia (Leal, 2012).

(c) Participação nacional

A 23 de novembro de 2011, o CEMGFA, em Memorando dirigido ao Ministro da Defesa, conferiu parecer militar sobre a racional a seguir na adesão aos programas multinacionais, defendendo que: «*a identificação das lacunas existentes no SFN e a edificação de capacidades para fazer face ao nosso nível de ambição, devem ser o centro de gravidade para a seleção de projetos no âmbito das iniciativas agora lançadas pela UE e a NATO*», sendo as capacidades essenciais remetidas para gestão autónoma (CEMGFA, 2011a: 3).

Deste modo, os projetos de P&S não enquadrados nas prioridades estabelecidas, «*apesar de poderem merecer o apoio político, não deverão comportar o envolvimento nacional direto, para que se mantenha o foco no que é essencial*» (DGAIED, 2013).

Portugal, fruto de desenvolvimentos anteriores, tem participado ativamente nas iniciativas HTP, *Maritime Surveillance* e *European air Transport Fleet*. No âmbito do HTP Portugal acolheu, com enorme sucesso, a organização do exercício *Hot Blade* em 2012 e 2013, estando igualmente prevista a sua realização no corrente ano e em 2018.

No que respeita a novas iniciativas, Portugal tem vindo a acompanhar os programas *Air to Air Refuelling* e *Naval Training*, prevendo-se que a curto prazo venha a ser formalizada a adesão aos mesmos.



Para além destes projetos, Portugal iniciou já o processo de adesão a mais 6⁸ e poderá vir ainda a integrar outros cinco⁹ (Rodrigues, 2013).

À semelhança da SD, também o P&S não parece despertar, pelo menos por enquanto, elevado interesse. O Reino Unido e a Dinamarca mantêm uma postura ambígua em relação a uma cooperação mais estreita com a UE, à medida que tendem a favorecer a cooperação através de outros formatos. Portugal, Itália, Espanha e Roménia, por sua vez, mostram um interesse ainda tímido, com pouco comprometimento em termos de junção e partilha, e muitas reservas quanto à “especialização”.

Como quer que seja, Portugal reconhece mais-valias no desenvolvimento de capacidades militares multinacionais, situação assumida como uma inevitabilidade atendendo aos conhecidos estrangimentos orçamentais. Por conseguinte, salvaguardando os perigos da “especialização”, através da livre decisão dos países em identificar o que pretendem partilhar, alienar e manter de forma autónoma, o P&S constitui, no entender do ex-CEMGFA, «*um caminho a prosseguir que importa apoiar, tendo em vista dirimir de forma sustentada parte das nossas limitações.*» (CEMGFA, 2011b: 2).

c. Tendência federalista no seio da UE

Com a crise financeira instalada na Europa veio à liça a discussão sobre a necessidade de uma autoridade central forte, sobrando a questão de identificar a sua tipologia: se uma estrutura federativa, conforme o modelo de integração ambicionado por Jean Monnet¹⁰, ou uma organização intergovernamental, como a atual, em que as decisões tomadas não são, como se sabe, indiferentes ao peso relativo dos poderes estabelecidos.

A opção que mais depressa se perfilou como a solução ideal para superar a crise foi uma maior integração económica a caminho da integração política, ou seja, a opção do federalismo como destino para a Europa.

Dadas as inerentes e complexas questões que uma eventual viragem apressada rumo ao federalismo inevitavelmente colocaria na UE, torna-se pertinente avaliar até que ponto a aparente tendência, avivada pelas circunstâncias do momento, poderá determinar,

8 European Strategic Multi-Role Tanker Transport Initiative; Helicopter Exercise Programme; Diplomatic Clearances for Participants' Military Transport Aircraft in their respective Airspace or Territory; Joint Investment Programme on Unmanned Maritime Systems; Joint Investment Programme on CBRN Protection within European Framework Cooperation; CIED Training.

9 CIED System; Supply and Basic Logistic for Operations; Maritime Logistic; Fixed Wing Aircraft Pilot Training; Live Fired Areas.

10 Jean Monnet foi uma das figuras mais célebres do século XX. Da sua influência e sua ação concreta resultou a construção do projeto que viria a constituir-se na União Europeia.



no curto/médio prazo, efetivas alterações de natureza política, com inquestionável impacto nas FFAA, atendendo ao facto de que uma das principais características da federação é precisamente a existência de um sistema de defesa e forças armadas comuns.

(1) Uma Europa Federal – Realidade ou ficção?

O formato de mosaico multicultural em que se estrutura a UE, ao congrega 500 milhões de habitantes espalhados por 28 países, que se expressam em 24 línguas oficiais, dificilmente poderá atender aos requisitos necessários à instituição de um Estado Federal. Com efeito, como salienta Duarte (2012, p. 20), a sua melhor caracterização é de uma, *«estrutura institucional sem categoria política pré-definida, com um sistema político que, ao longo de 60 anos, veio aperfeiçoando os seus processos de organização e de decisão, em busca de melhores condições de vida para os seus cidadãos, bem ilustrativo do conceito metodológico dos avanços “passo a passo”, idealizado pelo perspicaz Jean Monet»*.

No entanto, a estratégia em que deve assentar o futuro da Europa tem sido, praticamente desde o nascimento do “sonho” europeu, alvo de acaloradas discussões entre os partidários de uma Federação de Estados e os defensores de uma Organização Intergovernamental.

Os partidários do federalismo adiantam que a crise pôs a nu as fragilidades de uma Europa incapaz de lutar num mundo de economia globalizada, argumentado que a União Económica e Monetária dificilmente será viável sem uma verdadeira união política. Essa é, aliás, a posição defendida por Durão Barroso, atual Presidente da Comissão Europeia, como se depreende das suas palavras: *«Acredito que uma união política deve ser o nosso horizonte político (...). Não se trata apenas do desejo de um europeu convicto. É a forma indispensável para avançar na consolidação dos nossos progressos e garantir o futuro»* (Barroso, 2013). Ou seja, segundo este dirigente europeu, o caminho para uma política comum fortalecerá a União, tornando-a mais capaz para resistir a novas crises.

Curiosamente, já em 2008, a atual Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, então deputada europeia, prognosticou a constituição de um Estado Europeu, quando, a propósito do Tratado de Lisboa, salientou que, através deste, a Europa se tornava *«(...) mais governável, mais democrática, mais política e mais eficaz. A Europa poderá tornar-se um Estado? Provavelmente.»* (Esteves, 2008).

No seio da UE uma solução de tipo federalista encontra apoios, sobretudo, no eixo franco-alemão, embora a ideia pareça, para já, gerar maior entusiasmo por parte da



Chanceler Merkel, segundo a qual uma união monetária deveria ser acompanhada de uma união política que desse «*mais possibilidades de controlo à Europa*» (Presseurop, 2012).

Pese embora as manifestações expressivas de vulto que apontam no sentido da via federalista como solução para os problemas europeus, não restam dúvidas de que não só foram infirmados os prognósticos que anunciavam a morte da moeda única, como a Zona Euro acabou mesmo por encetar a recuperação.

Por outro lado, uma união política não se promulga, nem nasce por tratado ou decreto. E também não se consegue escamotear num ápice todos os espectros do passado, tradições, identidades nacionais e respetivas opiniões públicas.

Acresce que a transferência de mais poderes para Bruxelas, implicará complexas alterações legislativas na maioria dos Estados-Membros. Na Alemanha, por exemplo, a aceitação de uma união política tem mesmo que ser referendada.

Por outro lado, alguns Estados-Membros têm demonstrado muito pouca recetividade à lógica federalista, como é o caso do Reino Unido. De facto, os britânicos, essenciais para o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa, têm vindo a distanciar-se do federalismo como modelo de organização política para salvar o euro, advogando que a reforma da UE deveria ir em sentido inverso, isto é, da devolução de algumas competências comunitárias aos Estados-Membros, em clara oposição à chanceler Merkel (Duarte, 2012).

(2) União Europeia, que futuro?

A atual crise conferiu o cenário ideal para que algumas vozes antecipassem como solução o caminho da federalização, única forma de impedir o desmoronar de um projeto que conseguiu manter-se e evoluir ao longo de seis décadas.

Porém, não só as previsões da derrocada europeia falhou, como sobejam sinais que não vão propriamente no sentido do federalismo. Antes de mais, não restam dúvidas que a herança da “Europa Comunitária” advém de um antecedente nacionalista, que subjaz às jovens realidades de “comunidade” e de “união”. Tais circunstâncias espelham, igualmente, que o futuro da Europa permanece ainda muito preso a essa sua génese. Em defesa desta tese alinha-se o argumento da Europa ser composta por nações antigas, com uma grande diversidade histórica, de populações, de línguas, de identidades e de culturas, sendo pouco verossímil dissolver esta realidade através de um instrumento político. Daí que, como sugere Duarte (2012), «*se tenha por condenada ao fracasso qualquer iniciativa ou fuga em frente, rumo a um federalismo “à la minute”, especialmente se não cuidar de*



digerir a diversidade das idiossincrasias nacionais e de respeitar um longo e adequado período de “fermentação”».

Por outro lado, a história oferece poucos exemplos de federações políticas bem-sucedidas. Importa lembrar que no momento da sua federação, no último quartel do século XVIII, os Estados Unidos eram um punhado de jovens Estados, escassamente povoados, com uma cultura e uma língua em comum, pelo que não oferece muitas lições relevantes para a Europa de hoje. Já a experiência da Suíça é mais produtiva, nomeadamente em termos de gestação lenta. Com efeito, como destaca o ex-diplomata suíço Jakob Kellenberger «*Federar requer tempo (...). Demorou séculos para as pessoas que vivem nos cantões suíços se conhecerem umas às outras, houve um longo período de confederação antes de se dar o passo para a federação integral, em 1848.*» (apud, Berggruen, 2013).

Ainda segundo Kellenberger, a federação suíça tem funcionado porque o centro tem sido respeitador da autonomia dos cantões (que nunca se manifestaram ansiosos por abdicar da sua autoridade) e tem tido cuidado para não abusar dos seus poderes.

Ora, tal como a Suíça, a Europa precisa de um governo e um governo central forte, mas limitado, que acomode a maior diversidade local possível, mas isso só se consegue através de um mandato popular, o que nunca será fácil de obter num espaço tão diferenciado quanto à Europa.

Deste modo, será de admitir, como defende Duarte (2012: 30), que «*Uma renovada Europa, para já não federal, acabará por vingar, sem que nos devamos admirar do peso da Alemanha contemporânea, um peso, aliás, único e proporcional ao do país mais populoso, com a maior e mais dinâmica economia.*». Entretanto, é provável que a Europa ensaie, sob a batuta alemã, uma estrutura integrada de governação económica para a Zona Euro, aliviada, contudo, de outros elementos estruturantes do sistema federal, como é o caso da identidade e da cidadania (*idem*).

Por fim, importa salientar que a análise realizada à documentação oficial no capítulo 1, não revelou quaisquer indícios suscetíveis de serem interpretados como indutores de uma posição partidária da tendência federalista.



d. Síntese conclusiva

Do percurso efetuado ao longo deste capítulo foi possível apurar o seguinte:

(1) Os gastos com a Defesa apresentam uma evolução praticamente constante desde o início do século, tanto em termos globais como em percentagem do PIB. Já quando se compara a despesa em percentagem do PIB no seio da NATO, verifica-se que a mesma acompanha de perto a média dos Aliados europeus, estando inclusive acima de países como a Alemanha, a Espanha, a Holanda a Itália ou a Bélgica. Outra constatação é a enorme desproporção entre os diferentes agregados da despesa, com o fator “Pessoal” a ser responsável pela maior fatia orçamental. É também evidente o desfasamento, em relação à esmagadora maioria dos Aliados europeus, do peso dos militares face à população. Finalmente, a proporção entre as diferentes classes é, também ela, desequilibrada, levando a que a atual estrutura apresente um formato “cilíndrico” quando deveria ser “piramidal”. Em síntese, os dados revelados sugerem que as FFAA carecem de ajustamentos. Uma realidade que o contexto de fortes restrições apenas veio precipitar, mas que também está em linha com o observado na esmagadora maioria dos países da NATO e da UE.

(2) As iniciativas de SD e de P&S não apresentam diferenças substanciais entre si, tendo em comum a mesma filosofia de cooperação e partilha de capacidades na demanda de poupanças que, teoricamente, não afetem as capacidades operacionais dos países aderentes. Contudo, e apesar de inquestionáveis virtualidades daqueles instrumentos, a adesão tem sido tímida em ambos os casos, sendo a “especialização” apontada como o principal entrave. Portugal tem vindo a apoiar a SD e o P&S, integrando programas em curso numa e noutra iniciativa, de acordo com critérios de adesão que salvaguardam, especificamente, os interesses nacionais. Algo que a própria RCM n.º 26/2013 explicita de forma inequívoca.

(3) Apesar da crise na Zona Euro ter feito ressurgir o ideal federalista que animou Jean Monnet, as evidências apontam para um vasto conjunto de complexos obstáculos que certamente não deixarão de dificultar qualquer intenção de levar por diante a união política da Europa, sendo muito pouco provável que tal venha a acontecer, pelo menos a médio prazo. Por outro lado, a documentação oficial que sustenta a reforma em curso na DN não comporta evidências que apoiem a tendência federalista.



3. Identidade das Forças Armadas

a. Enquadramento teórico

(1) Identidade organizacional

“Quem sou eu?”, “Quem somos nós?”. Estas interrogações, que produziram sustentados tratados nos domínios da Psicologia e da Sociologia, vieram a revelar-se de uma enorme utilidade no estudo das organizações contemporâneas. Com efeito, vários autores, como Grant & Osrick (1996) e Morgan (1996), já haviam advogado, em finais do século XX, que as organizações deveriam também ser analisadas numa perspetiva metafórica, como estruturas portadoras de sentido, à semelhança dos seres humanos. De resto, a evidência empírica produzida ia, também ela, revelando que as organizações se apresentavam aos seus públicos internos e externos como verdadeiros “seres individuais”, portadores de características físicas e psicológicas, sendo por eles interpretadas enquanto tal.

Posteriormente, a aplicação das teorias psicológicas e sociológicas sobre o funcionamento da identidade individual veio permitir o reconhecimento de que, tal como as pessoas, as organizações manifestam não uma mas várias identidades, sem que isso constitua motivo de incoerência. Na prática, as organizações dão conta, para além da capacidade de se estabelecerem como personalidades autónomas, de poderem igualmente integrar diferentes singularidades – fruto da diversidade individual e dos grupos que as constituem (Pratt & Foreman, 2000) – estruturadas em torno de aspetos tão distintos como as divisões funcionais, as especializações profissionais, o género, o estrato geracional, a origem geográfica ou o nível de habilitações (Blader *et al.*, 2007). Por outro lado, alguns autores defendem que certas organizações mais conservadoras, com processos de socialização muito vinculados, como é o caso das Forças Armadas, tendem a moldar e uniformizar a identidade dos seus membros (Parker, 2000).

O conceito de identidade organizacional foi originariamente proposto por Albert & Whetten (1985) como uma construção simbólica operada pelos membros da organização e incorporando três aspetos fundamentais: centralidade, distintividade e permanência ou continuidade temporal.

O critério da “centralidade” é conferido por aquilo que é essencial e está na génese da própria organização, ou seja, a sua razão de ser, o motivo que lhe confere sentido. Este é o domínio dos valores e das crenças organizacionais.

A “distintividade” é o que torna uma organização diferente de todas as outras, isto



é, o que a singulariza na sua comparação com as demais. Segundo Nogueira (2007, p. 84), os elementos distintivos diferenciam uma organização de outra a partir dos seus «*objetivos organizacionais, missão, proposições ideológicas, valores, filosofia ou cultura particular*». Trata-se, na prática, daquilo que possui um cunho marcadamente ideológico-estratégico.

O critério da “continuidade” é fulcral para a vida de qualquer organização, já que a ausência de uma certa perenidade em termos de ideias centrais induz a descontinuidade identitária, provocando a descaraterização. Ainda de acordo com Nogueira (*ibidem*), «*o senso compartilhado de continuidade da organização pode estar amparado na percepção de continuidade proporcionada pelos discursos e narrativas que operam a estabilidade da ordem social ou grupal, interrelacionados aos hábitos e aos recursos de comunicação*». Desta forma, os símbolos, os discursos, os códigos de honra, os rituais de passagem, ou os regulamentos de serviço constituem elementos através dos quais se opera a continuidade temporal.

Apesar da conceptualização original formulada por Albert & Whetten permanecer uma referência incontornável nos estudos sobre identidade organizacional, têm, entretanto, surgido algumas críticas ao modelo e novas abordagens teóricas sobre a matéria. A questão da “durabilidade ou permanência” foi dos primeiros aspetos a ser questionado. Na verdade, a identidade não pode ser entendida como perene em sentido estrito, ainda que pareça manter o essencial da sua especificidade. Aliás, no entender de alguns autores (Gioia *et al.*, 2000), é importante que a identidade incorpore um certo dinamismo, caso contrário estagnar-se-á por manifesta incapacidade de acompanhar a evolução do ambiente que a envolve, ele próprio dinâmico e incerto por natureza. Este entendimento remete para a necessidade de diferenciar entre aquilo que na identidade é permanente do que é fluído. De facto, enquanto a natureza perene corresponde a uma perpetuação, a dimensão da fluidez confere o benefício de permitir a mudança e a adaptação à mudança, confirmando os valores organizacionais nucleares mas potenciando, em simultâneo, a sua evolução. É neste sentido que Gioia *et al.*, (*idem*), falam de uma “instabilidade adaptativa”, que facilitaria o exigente processo de adaptação das organizações às alterações de contexto. Em suma, a identidade como salienta, Ruão (2001), «*sendo um fenómeno subjetivo e socialmente construído, exige modernização e atualização. Por isso, as empresas devem ciclicamente questionar a sua identidade, procurando nela um fio condutor, responsável pela estabilidade, mas também buscando eventuais conteúdos obsoletos, que convém renovar*».



A turbulência verificada em torno das organizações, mas também no seu interior, que as impele a repensarem a sua identidade, como garante de continuidade, tem suscitado um crescente interesse pela identidade enquanto fenómeno organizacional, levando ao surgimento de novas problematizações teóricas em torno deste conceito. Com efeito, há quem veja a identidade como um conhecimento comum e partilhado das características e valores peculiares da organização (Hatch & Schultz, 1997), ou como um “instrumento simbólico” que reúne o essencial da natureza de uma organização, da qual os líderes se socorrem como forma de inculcar ou manter o sentido de coerência organizacional e de cooperação (Gioia, 1998). Nesta linha, Ruão (2001) advoga que *«a identidade apresenta uma correspondência estreita com as relações de poder nas organizações. A harmonização do sentido institucional constitui também uma forma de dominação social, tanto mais que são as identidades das elites internas ou de poderosos stakeholders, que parecem determinar a gestão de sentidos.»*. Por conseguinte, a identidade organizacional funcionaria não só como um meio de singularizar e distinguir, mas também como um instrumento de inculcação, ao serviço das elites, com o intuito de promover a convergência dos membros da organização em torno de um dado sentido.

(2) Identidade corporativa

A referência à “identidade corporativa” justifica-se, em particular, atendendo ao primado da concorrência e à conseqüente força das técnicas de marketing na construção das identidades, através da comunicação organizacional, da imagem e da publicidade. A revisão da literatura revela que o conceito de “identidade organizacional” constitui uma noção multinível. De acordo com Puusa (2007), podem identificar-se dois níveis conceptuais, um interior e outro exterior. O nível exterior está relacionado com o campo de estudos do marketing e entende a identidade como uma função de liderança, formulada pela alta administração e focalizada, sobretudo, na comunicação, isto é, nos aspetos simbólicos que constituem as marcas corporativas (símbolos, uniformes, visão, missão, discursos, etc.) através das quais se opera a distinção e identificação exterior da organização. Neste caso, fala-se de “identidade corporativa”. O nível interno é o âmbito da “identidade organizacional”, conceito que se refere ao desenvolvimento de um processo que tem exclusivamente lugar no interior da organização. As duas perspetivas são, no entanto, interdependentes, pois as contribuições da alta administração para a identidade tornam-se parte da identidade organizacional quando são incorporadas no quotidiano dos membros da organização (Júnior *et al.*, 2013).



(3) **Identidade, imagem e cultura organizacionais**

A pluralidade de conceptualizações teóricas, a par de uma certa imaturidade deste campo de estudos, tem também suscitado alguma confusão em torno das noções de “identidade organizacional” e de “imagem organizacional”. No entanto, tem sido aceite na literatura que a primeira diz respeito à percepção do público interno, enquanto a segunda se refere ao entendimento conferido pelo público externo (Gioia & Thomas, 1996). Ou seja, a identidade é atinente ao que os membros da organização percebem como atributos distintivos, ao passo que a imagem diz respeito àquilo que no exterior se percebe como aspetos característicos da organização (Dutton *et al.*, 1994).

A “cultura organizacional”, por sua vez, é algo que abrange todos os membros da organização, tem origem e desenvolve-se em todos os níveis hierárquicos e funda-se numa base histórica alargada, que se manifesta, e é percebida, através de práticas formais e informais (comportamentos) e de aspetos materiais (nome, produtos, infraestruturas, logotipos, símbolos). Em concreto, a cultura organizacional traduz-se num contexto simbólico no interior do qual se formam as interpretações da identidade organizacional e se formulam as intenções tendentes a influenciar a imagem pública da organização (Hatch & Shultz, 1997).

b. Caracterização identitária das Forças Armadas

Partindo dos constructos aduzidos, sobretudo, por Albert & Whetten (1987) no quadro conceptual da identidade, procurar-se-á agora identificar que elementos integram os critérios essenciais, distintivos e permanentes que enformam a matriz identitária das FFAA.

Em sede de critérios “essenciais”, destacam-se os valores militares fundamentais – da missão, da hierarquia, da coesão, da disciplina, da segurança e da obediência aos órgãos de soberania competentes – identificados como a base da organização e do funcionamento das FFAA. Destes é realçada a “disciplina militar”, cuja centralidade no universo castrense lhe conferiu o estatuto de regulamento próprio, aprovado sob a forma de Lei, onde se define como: «*garante da observância dos valores militares fundamentais*»; «*condição de êxito da missão (...) pelo sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo*»; e produto «*de um estado de espírito colectivo assente no patriotismo, no civismo e na assunção das responsabilidades próprias da condição militar*» (AR, 2009c, p. 4667).

Nos critérios de “distintividade” assenta, desde logo, a “condição militar”,



caraterizada por um conjunto de fatores verdadeiramente excecionais, donde sobressai a «*permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida*» (AR, 1999, p. 2096). Adicionalmente, a missão fundamental de salvaguarda da soberania através da defesa militar da República, constitui outro aspeto verdadeiramente singular atribuída às FFAA, a que veio juntar-se, pela importância crescente, o empenhamento em missões de âmbito internacional, domínio onde as FFAA assumem um papel instrumental fundamental no apoio à política externa do Estado.

No que concerne aos critérios de “continuidade”, salientam-se as manifestações expressivas materializadas nos discursos produzidos por chefes e comandantes, domínio em que constitui prática comum a referência aos valores de “disciplina”, “hierarquia”, “honra” e “coesão”, bem como à “vocação”, à “lealdade”, ao “altruísmo”, ao “sentido de missão”, ao “espírito de sacrifício”, à “responsabilidade”, à “determinação”, ao “esforço” e à “dedicação ao serviço”. Outros elementos como as cerimónias militares e os rituais de passagem (juramento de bandeira, juramento de fidelidade, imposição de condecorações e distintivos), constituem também formas de preservar a continuidade de tradições inerentes à Instituição Militar.

O universo simbólico em que assentam os critérios essenciais, distintivos e de continuidade, dão expressão a uma narrativa razoavelmente estável, que se institui, inequivocamente, como ponto de ancoragem institucional, resistindo, sem sobressaltos de maior, a acontecimentos tão profundamente estruturantes, como o foram: a **Revolução de Abril de 1974** – não só pela extensa alteração que implicou na organização política do Estado e nas mentalidades, mas também na reformulação e reorganização que suscitou no dispositivo militar nacional; a **abertura da carreira castrense ao sexo feminino** – com todos os ajustamentos que provocou num espaço exclusivamente reservado aos homens e que sempre se constituiu como domínio de afirmação da masculinidade; a **queda do Muro de Berlim** – que desencadeou uma nova caracterização estratégica da ameaça, e com ela a ascensão e o predomínio de uma tipologia de missões de cariz expedicionário, num formato conjunto e combinado, que acabou por fomentar o empenhamento militar em novos e diferenciados contextos, a par do desenvolvimento de novos conceitos e da adoção de novas práticas; ou a **profissionalização das FFAA** – ao fazer emergir no panorama militar português um fenómeno que, embora não sendo novo, se impôs como elemento fundamental na política de reestruturação das Forças Armadas, apoiando a renovação da sua imagem pública: a comunicação publicitária. Uma vez que, como salienta Rodrigues



(2001, p. 60), «a captação de voluntários impunha, desde logo, primeiro, a criação de incentivos ou contrapartidas susceptíveis de interessar os jovens, depois, o recurso a meios que proporcionassem a adequada promoção pública dessas medidas, por forma a provocar uma adesão consentânea com os requisitos, de quantidade e qualidade, necessários à manutenção da estrutura militar». Ou seja, o que se constatou foi que a implicação nacionalista assente na noção de dever de cidadania (da conscrição), cedeu lugar à lógica de mercado típica das organizações civis.

Na verdade, se é certo que a Instituição Militar se distingue das regras presentes nas organizações civis – pela particularidade dos meios que gere, pelos propósitos que serve, pelo processo de indução de valores e pela primazia da ordem e da disciplina – também não deixa de ser verdade que as FFAA, impelidas quer pelo desenvolvimento tecnológico e informacional, quer pela profissionalização das carreiras, há muito que passaram a evidenciar práticas próximas das registadas no mundo empresarial. Ou seja, conforme defende Carreiras (1997: 56), nas Forças Armadas, «Ao mesmo tempo que permanece uma lógica operacional específica, desenvolve-se uma lógica de "empresa", induzida pela introdução de materiais e técnicas de gestão semelhantes às utilizadas pelas empresas "civis".».

Por outro lado, e no entender de Moskos (1988), esta nova realidade envolve importantes transformações, explicadas à luz da dicotomia “institucional” *versus* “ocupacional”. De facto, enquanto uma instituição faz assentar a sua legitimidade em normas e valores que sobrepõem o bem comum aos interesses individuais – e propicia a criação de um espírito institucional congruente com as noções de dever, honra e autossacrifício – uma ocupação é legitimada em termos de mercado, acabando, o modelo ocupacional por implicar, frequentemente, a defesa do interesse próprio em detrimento da organização.

Ora, importa salientar que não obstante terem existido razões substantivas ao longo das últimas quatro décadas para a ocorrência de profundas transformações na matriz de valores que enquadra as FFAA, tal não veio a verificar-se. A justificação desse facto radica certamente na especificidade da identidade organizacional castrense: por um lado, ponto de ancoragem onde se mantêm firmes os valores essenciais que norteiam a Instituição Militar e lhe conferem estabilidade; por outro, um instrumento facilitador da acomodação de novas tendências, igualmente necessárias à modernização e continuidade da estrutura armada. Um processo que, nas palavras do ex-CEMGFA (Araújo, 2013, p. 6), se traduz «[n]o dever



e [n]a obrigação para com os nossos antepassados, para com nós próprios e para com as gerações futuras, de sermos conservadores no que nos caracteriza e sistematicamente inovadores nos nossos processos de organização e ação».

c. Síntese conclusiva

As organizações são “estruturas vivas” em constante interação com o ambiente que as rodeia, desenvolvendo peculiaridades que as diferenciam e lhes conferem um carácter identitário próprio, a que Albert & Whetten designam por “identidade organizacional”. Trata-se de uma construção simbólica que conceptualmente se define como aquilo que numa organização reflete o que é central, distintivo e estável.

As dinâmicas sociais suscitam tensões que compelem as organizações a repensarem a sua identidade como forma de se adaptarem à mudança. Não obstante, em organizações de cariz essencialmente conservador, como é o caso da Instituição Militar, a preservação da identidade assume uma dimensão verdadeiramente central, como sustentam as evidências factuais identificadas ao longo dos últimos 40 anos. Com efeito, parece poder afirmar-se que nas FFAA o funcionamento instrumental da identidade organizacional tem assegurado a estabilidade da ordem social interna, travando as ameaças à sua descaracterização, ao mesmo tempo que vai facilitando a adaptação da Instituição às realidades emergentes.



4. Reforma e identidade das FFAA – Reações e percepções

a. Posição dos Chefes Militares

Em organizações fortemente hierarquizadas como as FFAA, onde os valores da disciplina, da coesão e da lealdade se assumem como pilares essenciais de uma peculiar matriz de configuração de sentidos, as manifestações enunciativas produzidas ao mais alto nível constituem verdadeiras “marcas corporativas”, que procuram, simultaneamente, concertar a interpretação no interior da estrutura militar e apresentar-se ao exterior como expressão representativa da sua identidade.

Neste sentido, adquire especial relevância no contexto deste trabalho analisar as posições dos Chefes Militares (CM) relativamente à Reforma das FFAA, dado o carácter estruturante das mesmas.

(1) Conselho de Chefes de Estado-Maior

Em 28 de novembro de 2012, o Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM), tendo como pano de fundo a proposta de lei do Orçamento de Estado (OE), expressou em Comunicado o bom relacionamento existente entre os CM e a tutela, circunstância que terá *«permitido vencer obstáculos e clarificar situações, com a finalidade de obter resultados que salvaguardem as expectativas dos Militares, assegurem o regular funcionamento das Forças Armadas e o cumprimento escrupuloso das Missões atribuídas»* (CCEM, 2013a, p. 2).

Posteriormente, em 25 de fevereiro de 2013, o CCEM esclarece, em novo Comunicado, que os CM *«têm desenvolvido e apresentado, no quadro das orientações políticas emanadas, os trabalhos para a transformação coerente das Forças Armadas, preservando os valores e os princípios incontornáveis da organização militar»* (CCEM, 2013b, 2). O mesmo documento refere ainda que será dada continuidade aos *«trabalhos de adequação das estruturas e das capacidades das Forças Armadas à realidade do ambiente estratégico prevalecente e previsível»* (*ibidem*).

(2) Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Por ocasião da comemoração do dia do EMGFA, em 17 de setembro de 2013, o então CEMGFA, General Luís Araújo, salientou na sua alocução que as FFAA se encontravam num processo de reforma *«profunda, abrangente e complexa»*, que deveria ser *«gradualista, sem rupturas, mas não reversível.»* (Araújo, 2013, p. 5). Adiante, diria ainda que a reestruturação em curso constituía o caminho a seguir pelas *«organizações que procuram sistematicamente aprender, acompanhando a evolução dos tempos e, assim,*



acrescentar valor, com vista a “fazer cada vez melhor, para melhor servir”.» (idem, p. 6).

O atual CEMGFA, General Pina Monteiro, no seu discurso de tomada de posse, ocorrida a 7 de fevereiro último, enunciava da seguinte forma as suas intenções quanto à reforma das FFAA: *«numa linha de continuidade com o que já vem sendo feito, irei prosseguir conjuntamente com os Chefes Militares dos três Ramos o processo de reforma em curso, tendo como orientação os objetivos políticos definidos em Resolução do Conselho de Ministros e as linhas de acção constantes da competente Diretiva Ministerial para a reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas.»* (Monteiro, 2014, p. 4).

(3) Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA)

Empossado como CEMA a 9 de dezembro de 2013, o Almirante Macieira Fragoso expressou assim os seus propósitos quanto à reestruturação da Marinha: *«Pretendo (...) levar a cabo uma reestruturação que terá como referência as orientações superiores, plasmadas na resolução “Defesa 2020”, cuja implementação se encontra em curso, que se baseará nos estudos conduzidos pelo Estado-Maior da Armada, com o envolvimento de todos os setores da Marinha e em articulação com as demais entidades do universo da Defesa Nacional e numa perspetiva de abertura com a sociedade.»* (Fragoso, 2014: p. 7).

(4) Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME)

Na cerimónia de tomada de posse, o novo CEME, General Carlos Jerónimo, em resposta à comunicação social sobre as dificuldades da Organização, lembrou que o ambiente normal dos militares *«é viver com dificuldades. E portanto temos que saber sempre ter a serenidade e o espírito suficiente para ultrapassar essas dificuldades»* (Público, 2014). Por outro lado, quando questionado sobre o impacto dos cortes orçamentais na capacidade operacional, o General Jerónimo salientou que o Exército continua a executar as suas missões no plano interno e externo, respondendo *«cabalmente às solicitações que nos são feitas, não desmerecendo nada relativamente aos nossos parceiros com quem trabalhamos.»* (ibidem).

(5) Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA)

Em entrevista realizada pelo autor ao General Araújo Pinheiro, o Comandante da Força Aérea, a propósito do progresso da reforma “Defesa 2020”, referiu que a mesma estava a processar-se no estrito cumprimento das orientações políticas estabelecidas pelo Executivo. Quando questionado sobre o impacto dos cortes orçamentais no funcionamento



da Organização, o General CEMFA realçou que apesar dos constrangimentos a Força Aérea tem vindo a executar as missões que lhe estão atribuídas com a determinação e a eficácia de sempre.

b. Análise empírica

(1) Enquadramento

Segundo a contextualização teórica estabelecida no capítulo anterior, a identidade de uma organização é vista como uma construção simbólica que traduz a forma como os seus membros a percebem (Albert & Whetten, 1985).

Assim sendo, a avaliação do impacto resultante da adoção de medidas suscetíveis de induzirem transformações na matriz identitária de uma organização deve, necessariamente, passar pelo questionamento daqueles que mais diretamente contribuem para a construção, consolidação e evolução da respetiva identidade organizacional: os seus líderes (Júnior *et al.*, 2013).

Por conseguinte, atendendo ao âmbito do presente estudo, foi realizado um inquérito aos oficiais gerais e superiores dos três ramos das FFAA, dadas as funções de comando e liderança que estatutariamente lhes estão conferidas.

(2) Avaliação dos inquéritos¹¹

O inquérito encontra-se dividido em dois conjuntos de questões: o primeiro, composto pelos Grupos 2, 3, 4, e 5, focaliza-se na percepção dos inquiridos em relação à organização a que pertencem, à sua identificação profissional, aos valores dominantes que em seu entender a orientam, bem como à forma como veem a atuação da chefia; o segundo, composto pelos Grupos 6, 7, 8, e 9, procura avaliar o modo como os respondentes percebem a questão da reforma das FFAA, atendendo aos fatores previamente apontados como estruturantes do respetivo processo.

O objetivo do Grupo 2 era avaliar o sentido de unidade ou de pertença dos inquiridos relativamente às FFAA. As respostas recebidas (Tabela 6) indicam que a esmagadora maioria dos respondentes percebe as críticas e os elogios às FFAA de forma intensa, revelando um forte apego à Instituição. No entanto, é também maioritário o número dos que consideram não existir nem uma visão clara e única, nem um sentimento de unidade nas FFAA, facto que poderá ser explicado pela tradicional competitividade entre os Ramos.

¹¹ Vide Apêndice 4



Tabela 6 – Identificação organizacional (Valores em %)

Grupo 2	Concordo total.	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo total.
2.1 Tomo as críticas às Forças Armadas como insultos à minha pessoa	8	59	9	17	8
2.2 Interesse-me pelo que os outros pensam sobre as Forças Armadas	42	57	1	0	0
2.3 Tomo os elogios às Forças Armadas como elogios pessoais	6	59	16	13	5
2.4 As Forças Armadas têm um objetivo comum	23	59	7	9	2
2.5 As Forças Armadas possuem uma visão clara e única	3	12	17	60	6
2.6 Nas Forças Armadas existe um forte sentimento de unidade	2	27	28	38	4
2.7 As Forças Armadas têm uma missão própria, partilhada por todos os seus membros	6	28	44	20	1

O Grupo 3 tinha o intuito de expressar a relação de proximidade/afastamento do respondente, ou seja o seu grau de identificação, para com a Organização que integra. Os valores registados (Tabela 7) mostram que os inquiridos, na sua grande maioria, gostam da carreira que elegeram, não demonstram arrependimento e estão prontos a dar o seu melhor, independentemente das adversidades futuras.

Tabela 7 – Identificação profissional (Valores em %)

Grupo 3	Concordo total.	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo total.
3.1 Se pudesse ingressar noutra profissão com idêntica remuneração fá-lo-ia	2	7	16	54	22
3.2 Se pudesse voltar atrás não escolheria a vida militar	1	6	13	58	21
3.3 Desde o meu ingresso nas fileiras, nunca tive dúvidas quanto a seguir a carreira militar	17	40	12	29	3
3.4 Não deixaria esta profissão mesmo que pudesse obter o sustento necessário sem trabalhar	8	19	22	44	7
3.5 Estou desapontado com a profissão que escolhi	2	9	24	49	17
3.6 Gosto demasiado da minha profissão para desistir dela	14	50	24	11	2
3.7 Independentemente das alterações verificadas na sequência de eventuais reestruturações nas Forças Armadas, continuarei sempre a dar o meu melhor	41	39	16	3	1

Porém, metade dos respondentes refere que abandonaria a carreira caso obtivesse meios de sustento sem trabalhar. Esta circunstância poderá encontrar justificação na crescente orientação “ocupacional”, que implica a defesa do interesse próprio em detrimento do da organização, contrariamente à tradicional identificação “institucional”,



conforme foi realçado no capítulo 3.

O Grupo 4 destinou-se a avaliar os valores que orientam a ação individual dos inquiridos. Os resultados constatados (Tabela 8) expressam uma forte valorização dos valores característicos das FFAA: solidariedade; espírito de corpo; altruísmo; conservadorismo; autoridade; lealdade; espírito de sacrifício e amizade. Não obstante, a perceção alargada dos respondentes face ao “individualismo” (Questão 4.12), pode ser vista como expressão da tendência ocupacional que vem sendo observada.

Tabela 8 – Congruência de valores (valores em %)

Grupo 4	Raramente	Às vezes	Frequentemente
4.1 Sucesso material e poder	25	60	15
4.2 Solidariedade social e progresso	7	65	28
4.3 Popularidade e êxito social	32	60	8
4.4 Autoridade forte, ordem e disciplina	3	18	79
4.5 Descontração e divertimento	64	27	9
4.6 Espírito de corpo (entreeajuda e colaboração)	1	32	66
4.7 Conservadorismo (crença e valores estabelecidos)	3	26	71
4.8 Rejeição dos procedimentos estabelecidos	53	46	1
4.9 Devoção, fidelidade, lealdade	2	48	50
4.10 Espírito de sacrifício (dedicação e sofrimento)	6	45	49
4.11 Passividade, facilitismo	53	43	4
4.12 Individualismo, interesse pessoal	23	54	22
4.13 Idealismo, altruísmo, cooperação	11	55	35
4.14 Intransigência, dureza e dominância	17	57	26
4.15 Amizade, liberalismo, generosidade	9	60	31

O Grupo 5 procurou observar as perceções relativamente ao alinhamento com as orientações da liderança. As respostas recolhidas (Tabela 9) patenteiam um elevado nível de confiança com o trabalho desenvolvido pelas chefias por parte da grande maioria dos respondentes.

Tabela 9 – Liderança (Valores em %)

Grupo 5	Concordo total.	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo total.
5.1 O meu chefe direto está absolutamente empenhado no cumprimento da missão de acordo com os valores da Organização	21	41	31	6	1
5.2 Os chefes de topo constituem um bom exemplo do modo como se deve trabalhar tendo em conta os valores da Organização	6	48	25	16	5
5.3 Faço o que for necessário para que o meu trabalho expresse os valores da Organização	32	62	5	1	0

O Grupo 6 pretendeu avaliar a forma como os inquiridos encaram a “Reforma 2020”. Os resultados obtidos (Tabela 10) mostram que, em todas as questões, a



maioria dos inquiridos tem opinião favorável a uma reforma das FFAA, seja pela necessidade de incrementar a sua eficácia e credibilidade, seja porque a atual estrutura não permite dar resposta cabal ao nível de ambição do CEDN.

Por outro lado, a maior parte dos respondentes entende que a reestruturação das FFAA não é suscetível de promover a sua descaracterização, ou de pôr em causa a coerência interna, devido ao carácter conservador da cultura militar e à solidez do quadro de valores fundamentais que lhe subjazem, conforme se depreende dos resultados expressos nas Questões 6.5 e 6.7, respetivamente.

Tabela 10 – Reforma "Defesa 2020" (Valores em %)

Grupo 6	Concordo total.	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo total.
6.1 A necessidade de responder eficazmente aos desafios securitários emergentes impõe uma reforma estrutural profunda nas FFAA	51	37	5	6	1
6.2 As reduções impostas pela reforma "Defesa 2020" (30% dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos e um número de efetivos entre 30.000 a 32.000) podem afetar a coerência interna das FFAA, provocando a sua descaracterização	8	13	19	48	12
6.3 A reestruturação das FFAA no âmbito da reforma "Defesa 2020" é essencial para garantir a sua credibilização tanto no plano externo como no plano interno	18	50	14	14	4
6.4 As transformações resultantes da reforma "Defesa 2020" são suscetíveis de alterar o quadro de valores essenciais das FFAA, pondo em causa a sua coerência interna	5	16	13	60	5
6.5 O carácter conservador da cultura militar constitui um fator de estabilidade institucional suficientemente forte para impedir a descaracterização das FFAA face ao eventual impacto	19	52	15	12	2
6.6 A atual estrutura das FFAA não permite dar resposta ao nível de ambição estabelecida em sede do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional	9	55	19	14	2
6.7 O quadro de valores fundamentais que norteiam as FFAA é suficientemente sólido para resistir às transformações estruturais ditadas pela "Reforma 2020", impedindo a sua descaracterização	23	51	15	10	21

O Grupo 7 tinha o intuito de revelar o modo como os inquiridos encaram as restrições financeiras no quadro da "Reforma 2020". As respostas coligidas (Tabela 11) mostram que a reforma é vista, maioritariamente, não como um estratagema para legitimar cortes na despesa, mas como uma inevitabilidade decorrente das restrições financeiras que o País atravessa. Adicionalmente, a reestruturação das FFAA é também entendida como essencial à sua continuidade e eficácia, num momento em que boa parte dos países do nosso espaço geopolítico procura igualmente adaptar-se aos tempos que correm, reestruturando o domínio da Defesa.



Tabela 11 – Fatores estruturantes da reforma das FFAA: Restrições financeiras (Valores em %)

Grupo 7	Concordo total.	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo total.
7.1 A “Reforma 2020” visa sobretudo a reduzir a despesa com as FFAA, ignorando a sua eficácia operacional	16	20	14	39	11
7.2 A crise económica, e os constrangimentos financeiros dela decorrentes, coloca a necessidade de promover a reestruturação das FFAA	24	61	6	7	2
7.3 A reestruturação das FFAA no quadro da “Reforma 2020” pretende salvaguardar que o País tenha melhores forças com menos despesa	10	39	29	16	5
7.4 A reforma das Forças Armadas é essencial para garantir a continuidade de uma estrutura armada eficaz de segurança e defesa, num contexto de restrição financeira	15	64	12	7	2
7.5 O esforço reformista no quadro da Defesa Nacional deve acompanhar as tendências em curso nos demais Estados do nosso espaço geopolítico, onde também se verifica um acentuado decréscimo nos orçamentos militares	13	60	14	11	3

O Grupo 8 ambicionava perceber até que ponto os respondentes encaram as iniciativas de SD e de P&S no quadro da “Reforma 2020”. Os resultados obtidos (Tabela 12) revelam que as mesmas são vistas como úteis, mas desde que salvaguardada a autonomia das FFAA em capacidades chave para a DN.

Tabela 12 – Fatores estruturantes da reforma das FFAA: Iniciativas externas (Valores em %)

Grupo 8	Concordo total.	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo total.
8.1 As iniciativas de <i>Smart Defense</i> e de <i>Pooling & Sharing</i> promovem a interoperabilidade e garantem o acesso a capacidades militares essenciais, que muito dificilmente seriam alcançáveis de outro modo	23	58	13	5	2
8.2 A adesão às iniciativas de <i>Smart Defense</i> e de <i>Pooling & Sharing</i> pode suscitar o desinvestimento em capacidades militares essenciais para Portugal	8	37	35	18	2
8.3 A adesão às Iniciativas de <i>Smart Defense</i> e de <i>Pooling and Sharing</i> é passível de promover a descaracterização das FFAA, caso não seja salvaguardada a capacidade de atuação autónoma em setores de exclusivo interesse nacional	15	60	13	11	2
8.4 O modelo estrutural que melhor serve as FFAA apoia-se numa lógica de cooperação alargada no âmbito da NATO e da EU	13	62	15	9	1
8.5 As FFAA necessitam de uma reestruturação que lhes permita assumir com credibilidade as responsabilidades que detêm no âmbito da NATO e da EU	22	52	18	6	2

O Grupo 9 tinha intenção de revelar a forma como os respondentes avaliam os efeitos de um eventual alargamento das políticas federalistas da União ao domínio da Defesa, à semelhança do que já se passa em outras áreas. De forma inequívoca, os resultados (Tabela 13) refletem um claro desacordo quanto à constituição de um Exército



européu, sendo tal iniciativa vista como promotora da descaraterização das FFAA.

Tabela 13 – Fatores estruturantes da reforma das FFAA: Tendência federalista (Valores em %)

Grupo 9	Concordo total.	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo total.
9.1 A criação de um exército único europeu constitui uma iniciativa fundamental para a salvaguarda da segurança dos Estados da União, face à complexidade e diversidade aos desafios securitários emergentes	3	11	14	56	17
9.2 A criação de um exército único europeu não deixará de fazer refletir as vontades dos Estados-Membros economicamente mais poderosos	34	50	6	6	4
9.3 A criação de um exército único europeu será benéfico para todos os Estados-Membros, na medida em que permitirá assegurar um maior equilíbrio de forças no seio da União Europeia	2	11	16	61	10
9.4 O alargamento das políticas federalistas da União Europeia ao domínio da Defesa, com a criação de um exército único europeu, pode afetar o quadro de valores essenciais das FFAA, promovendo a sua descaracterização	29	46	11	12	2

c. Síntese conclusiva

A análise realizada às posições manifestadas pelos CM revela um elevado grau de convergência com as orientações traçadas pela tutela. Com efeito, quer conjuntamente quer individualmente, o que se constata é um claro comprometimento dos Chefes em relação ao rumo estabelecido pelo Governo, mas também, importa dizer, a intenção de salvaguardar a coesão interna das FFAA neste processo.

O inquérito efetuado revelou, por seu turno, que persiste um enorme orgulho no exercício da profissão militar, sentimento confirmado pela demonstração de uma forte afinidade para com os valores tradicionais castrenses e uma elevada confiança no trabalho desenvolvido pelas chefias. O inquérito mostrou ainda que a reforma das FFAA é vista como inevitável, não sendo, em si mesma, percecionada como uma ameaça à descaraterização da estrutura militar. Por outro lado, no tocante aos fatores estruturantes da reforma da Defesa, contata-se que a maioria dos inquiridos não a vê como um mero estratagema para reduzir despesa, entendendo-a como essencial à continuidade e eficácia das FFAA no atual contexto de restrições financeiras. Adicionalmente, as iniciativas de SD e P&S são percebidas como uma opção útil, desde que salvaguardada a autonomia nacional em capacidades fundamentais para a DN. Finalmente, a hipótese de criação de um exército único europeu é fortemente contestada, sendo percebida como promotora da descaraterização das FFAA.



Conclusões

O presente trabalho teve como objetivo central estudar os fatores estruturantes no quadro do processo de reestruturação em curso na Defesa Nacional, com o intuito de identificar eventuais aspetos passíveis de comprometer a identidade das Forças Armadas. Para tal, partiu-se da seguinte QC:

Em que medida aspetos como a situação financeira que o país atravessa, a adoção de políticas de Smart Defence e de Pooling & Sharing, a par da tendência dominante para a federalização da União Europeia, constituem fatores passíveis de influenciar a reforma em curso da Defesa Nacional, ao ponto de promoverem uma transformação significativa na identidade das Forças Armadas?

O percurso de investigação desenvolvido, baseado no método hipotético-dedutivo, compreendeu as seguintes etapas:

- Recolha de dados, pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas exploratórias que permitiram formular a QC e circunscrever o objeto da problemática em estudo.
- Estabelecimento do modelo de análise, tendo por base a QC, a partir da qual foram determinadas as QD e as respetivas Hipóteses¹².
- Verificação das Hipóteses, através da análise dos dados obtidos por via da documentação coligida, das entrevistas efetuadas e do questionário realizado.

O produto do trabalho de investigação levado a cabo foi sistematizado em quatro capítulos: o primeiro comportou o enquadramento jurídico das FFAA e a contextualização da reforma “Defesa 2020”; o segundo envolveu o estudo dos fatores conjunturais estruturantes da realização da reforma (restrições económico-financeiras, adesão a iniciativas de SD e de P&S, preponderância da tendência federalista na UE); o terceiro compreendeu a caracterização dos constructos de identidade organizacional e corporativa, bem como a identificação e dos aspetos simbólico-valorativo que enformam a “identidade das FFAA”; e o quarto foi consagrado à avaliação das posições dos Chefes Militares e à análise empírica do inquérito aplicado.

A confrontação entre as proposições de partida e os resultados efetivamente alcançados pelo estudo desenvolvido permitiu concluir o seguinte:

¹² Vide Apêndice 1 – Plano geral do trabalho.



HIP1 – Apesar da racionalização da despesa militar ser identificada como condição indispensável para o sucesso da reforma “Defesa 2020”, o estudo realizado não revela que as alterações nela previstas impliquem a transformação identitária das FFAA. Na verdade, o que efetivamente se constata é que esta reforma segue, no essencial, a linha de reestruturação encetada pelo anterior Governo em 2008, instituindo o atual Executivo o compromisso de equilibrar os rácios da despesa e de conferir ao orçamento da DN 1,1% ($\pm 0,1$) do PIB, um valor dentro do intervalo registado desde 2000. Aliás, importa não esquecer que os gastos na Defesa para além de praticamente constantes ao longo do século em curso, têm vindo a acompanhar, em percentagem do PIB, a média dos Aliados europeus, estando até acima de países como Alemanha, Espanha, Holanda Itália e Bélgica.

Por outro lado, o inquérito realizado revelou igualmente que a maioria dos respondentes não perceciona a reforma da DN como um estratagema criado para reduzir despesa, entendendo-a, pelo contrário, como essencial à continuidade e eficácia das FFAA no atual contexto de restrições financeiras.

HIP2 – A investigação efetuada mostrou que as iniciativas de SD e de P&S visam, em teoria, partilhar meios e otimizar custos, apesar de subsistirem receios quanto a uma possível deriva na “especialização” de capacidades. Portugal, particularmente atento a esta possibilidade, tem aderido a programas numa e outra iniciativa com base em critérios que garantem independência em matéria de edificação de capacidades essenciais, prevenindo assim uma eventual dependência de países terceiros. Acresce que não só não foi detetada nos documentos oficiais analisados qualquer evidência que desvirtue ou contrarie os critérios de seleção até aqui seguidos, como se regista o facto de ter havido o cuidado de incluir no próprio CEDN uma referência ao estabelecimento de regras claras na utilização eficaz daqueles instrumentos, de modo a obviar a perda de autonomia das FFAA.

De igual modo, os resultados dos inquéritos revelaram que as iniciativas de SD e P&D são percebidas como uma opção útil, desde que salvaguardada a autonomia pátria em capacidades fundamentais para a DN.

HIP3 – Não obstante a crise na Zona Euro ter conferido algum ânimo aos defensores do ideal federalista no seio da UE, as evidências dão conta, para além de uma clara ausência de unanimidade em torno de tal ideia, de um amplo, diversificado e complexo conjunto de fatores que não deixarão de criar amplas dificuldades, ou mesmo impedir, qualquer intensão de levar por diante a união política da Europa e a consequente criação de um exército comum, pelo menos a médio prazo. Adicionalmente, também nesta



matéria não se vislumbra, em sede das orientações políticas estabelecidas para a reforma “Defesa 2020”, qualquer indício que possa ser minimamente interpretado como defensor da tendência federalista.

Por outro lado, e como seria exetável, as respostas dos inquiridos sobre esta questão revelam que uma eventual federalização alargada ao setor da Defesa na Europa, é percecionada pela esmagadora maioria dos inquiridos como indutora da descaraterização da identidade das FFAA.

Face ao que precede, é então possível formular a seguinte resposta à QC:

Fatores conjunturais como as restrições financeiras que o país atravessa, a adesão a programas de SD e de P&S ou a influência da tendência federalista no seio da UE, não suscitam, no quadro da reforma em curso na Defesa Nacional, alterações de substância que ponham em causa a identidade das FFAA.

Num momento particularmente marcante da história de Portugal como o atual, onde a questão da soberania e da independência nacionais provocam acrescidos questionamentos, a Instituição Militar, enquanto garante fundamental da salvaguarda dos objetivos permanentes do Estado, tem, necessariamente, que ser conhecedora das reais implicações do caminho que o poder político, legitimamente, lhe define. Neste sentido, a mais-valia deste trabalho de investigação reside no esclarecimento que permitiu conferir sobre os fatores estruturantes da reforma em curso nas FFAA, constituindo-se, neste caso, como um contributo importante para o esbatimento do desconforto que as mudanças organizacionais sempre comportam.

Por fim, importa salientar que o inquérito levado a cabo revelou, apesar dos tempos conturbados, que não só persiste nas fileiras um enorme orgulho no exercício da profissão militar, o que se confirma pela demonstração de forte afinidade para com os valores tradicionais castrenses e uma elevada confiança no trabalho desenvolvido pelas chefias, mas também que a reforma das FFAA é percecionada como necessária para garantir eficácia da estrutura armada da Nação, num período de fortes restrições financeiras.



Bibliografia

Albert, S. and Whetten, D., 1985. *Organizational identity*. In Cummings, C.C. and Staw, B.M. (Eds), *Research in Organizational Behaviour*. Vol. 7, JAI Press, Greenwich, CT, pp. 63-76.

Assembleia da República, 1989. Bases gerais do Estatuto da Condição Militar. Lei n.º 11/89, de 1 de junho. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2005. *Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional n.º 1/2005)*. VII Revisão Constitucional. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2009a. Lei de Defesa Nacional – Lei n.º 31A/2009 de 7 de Julho. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2009b. Lei Orgânica de Bases da Organização da Defesa Nacional – Lei Orgânica n.º 1 A/2009 de 7 de julho. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2009c. Regulamento de Disciplina Militar – Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2011. Grandes Opções do Plano para 2012-2015 – Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro. Lisboa: Diário da República.

Araújo, L., 2013. Alocução do General CEMGFA por ocasião das comemorações do dia do EMGFA, em 17 set. 2014. Lisboa: EMGFA.

Attac, 2013. *A crise portuguesa em 10 minutos*. [Em linha]. Disponível em: <http://files.attacportugal.webnode.com/200000151a55dda657d/A%20crise%20portugues%20em%2010%20minutos%202.0.pdf>. [Consult. em 16jan14].

Barroso, Durão, 2013. Discurso sobre o estado da União de 2013. [Em linha]. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-684_pt.pdf. [Consult. em 25jan14].

Berggruen, Nicolas & GARDELS, Nathan, 2013. *The Next Europe Toward a Federal Union*. [Em linha]. Foreign Affairs. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/139461/nicolas-berggruen-and-nathan-gardels/the-next-europe>. [Consult. em 28Jan14].

BI, 2012. *The implications of military spending cuts for NATO's largest members*. Analysis Paper. Brookings Institution. [Em linha]. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2012/7/military%20spen>



[ding%20nato%20odonnell/military%20spending%20nato%20odonnell%20pdf](#). [Consult. em 20jan14].

Blader, S. *et al.* (2007). *Identity and the Modern Organization: An Invitation*. [Em linha]. Disponível em: http://faculty.som.yale.edu/amywrzesniewski/documents/IdentityandtheModernOrg_AnInvitation_000.pdf. [Consult. em 10fev14].

Borges, J. & Medeiros, C. 2011. “*Aprecie com moderação*”: *A identidade da organização como drama e atos de performance*. [Em linha]. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902011000200002.pdf. [Consult. em 13fev14].

Carreiras, H. 1997. *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.

Castro, Cristina, 2010. *O Novo Federalismo e as Tendências Internacionais de Integração*. [em linha] Disponível em: <http://150.162.138.7/documents/download/241;jsessionid=A2CE3570A4360F4D28D228FCE4151AE9>. [Consult. em 6jan14].

CCEM, 2013b. *Comunicado de 28 nov. 2012*. Conselho de Chefes de Estado-Maior. Lisboa: EMGFA.

CCEM, 2013a. *Comunicado de 25 fev. 2013*. Conselho de Chefes de Estado-Maior. Lisboa: EMGFA.

CE, 2012. *Para um setor da defesa e da segurança mais competitivo e eficiente*. Comissão Europeia. [Em linha]. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-734_pt.pdf. [Consult. em 15dez13].

CEMGFA, 2011a. *Edificação de Capacidades na UE/NATO – “Pooling & Sharing (P&S) e Smart Defense”*. Memorando n.º 049/CEMGFA/2011. Lisboa: EMGFA.

CEMGFA, 2011b. *Seminário “Pooling & Sharing” – Palavras de Abertura do General GEMGFA*. Lisboa: IDN.

Chalmers, Malcolm, 2010. *Unbalancing the Force? Prospects for UK Defence after the SDSR*. Disponível em: <http://www.rusi.org/downloads/assets/FDR9.pdf>. [Consult. em 18dez13].

Cordesman, Anthony H., 2013. *The Civil-Military Challenge to National Security Spending*. Centre for Strategic International Studies. [Em linha]. Disponível em:



http://csis.org/files/publication/131002_civil_military_challenge_3.pdf. [Consult. em 24jan14].

Corley, K. et al. T. 2001. *Organizational identity & learning: uncovering subtle aspects of organizational learning*. [Em linha]. Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/wbs/conf/olkc/archive/olk4/papers/corley.pdf>. [Consult. em 7fev14].

CSIS, 2012. *European Defense Trends 2012 – Budgets, Regulatory Frameworks, and the Industrial Base*. Centre for Strategic International Studies. [Em linha]. Disponível em: <http://csis.org/event/european-defense-trends-budgets-regulatory-frameworks-and-industrial-base-2011>. [Consult. em 20jan14].

DOD, 2013. *Defence Budget – Priorities and Choices 2014*. United States Department of Defence. [Em linha]. Disponível em <http://www.defense.gov/pubs/defenseBudgetPrioritiesChoicesFiscalYear2014.pdf>. [Consult. em 28jan14].

Deloitte, 2013. *Global Defense Outlook 2013 – Balancing Security and Prosperity*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Vietnam/Local%20Assets/Documents/Industries/Manufacturing/Global%20Defence%20Outlook%202013.pdf>. [Consult. em 16jan14].

DGAIED, 2013. União Europeia – Reunião Informal de Ministros da Defesa. Ofício n.º 545, 7 de fevereiro de 2013. Lisboa: DGAIED.

DPI, 2012. *NATO Smart Defence – Opportunities In An Era Of Austerity*. Defence Procurement International. [Em linha]. Disponível em: <http://www.defenceprocurementinternational.com/Uploads/Editor/A%20Summer%20editorial%202012/NATO%20Smart%20Defence.pdf>. [Consult. em 28dez13].

Duarte, Rebelo, 2012. *O Euro e o Federalismo europeu*. [Em linha]. Disponível em: http://academia.marinha.pt/PT/edicoes/Documents/2012/O_euro_federalismo2.pdf. [Consult. em 19Jan14].

Dutton, J. et al. 1994. *Organizational images and member identification*. [Em linha]. Disponível em: arquivo <http://webuser.bus.umich.edu/janedut/identity/asq-dutton.pdf>. [Consult. em 07fev04].

Elsbach, K. D. & Kramer, R. M., 1996. Member's responses to organizational identity threats: Encountering and countering the business week rankings. *Administrative Science*



Quarterly, 41, 442 – 476.

Esteves, A., 2008. *A Europa torna-se mais governável, mais democrática, mais política e mais eficaz*. Intervenção proferida no Seminário: O Tratado de Lisboa: o que muda na UE? [Em linha]. Disponível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4026#bloco7. [Consult. em 25jan14].

EURO-DEFENCE, 2012. *Reflexões sobre o impacto da crise económica nas estratégias de defesa Europeia e dos EUA*. Assuntos euro-atlânticos. [Em linha]. Disponível em www.aip.pt/irj/go/km/docs/eurodefense/ass_eur.html. [Consult. em 20jan14].

Faleg, G. & Giovannini, A., 2012. *The EU between Pooling & Sharing and Smart Defence Making a virtue of necessity?* Centre for European Policy Studies. CEPS [Em linha]. Disponível em: <http://www.ceps.eu/ceps/dld/6956/pdf>. [Consult. em 13jan14].

FOM, 2012. *Defesa Nacional – Uma análise integrada*. Fundação Oliveira Martins [Em linha] Disponível em: http://democracia-aberta.pt/sites/default/files/defesa_nacional_-_fundacao_oliveira_martins.pdf. [Consult. em 10dez13].

Fragoso, M., 2014. *Discurso do Chefe do Estado-Maior da Armada*. Revista da Armada n.º 481. Lisboa: Marinha.

Gaspar, Vítor, 2011 *Apresentação do documento de estratégia orçamental*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-das-financas/documentos-oficiais/20110831-apres-docestrategia-orcamental.aspx>. [Consult. em 17jan14].

Gioia, D. & Thomas, J. 1996. *Identity, image and issue interpretation: Sensemaking during strategic change in academia*. [Em linha]. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2393936?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21103484797263>. [Consult. em 10fev14].

Gioia, D. et al. 2000. *Organizational identity image and adaptive instability*. [Em linha]. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/259263?uid=3738880&uid=2&uid=4&purchase-type=article&accessType=RR&sid=21103485616393&showMyJstorPss=false&seq=1&showAccess=true>. [Consult. em 06fev14].

Governo, 2008. Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 7 de fevereiro. Lisboa: Diário da República.



Governo, 2009a. Lei Orgânica da Marinha – Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de setembro. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2009b. Lei Orgânica do Exército – Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2009c. Lei Orgânica da Força Aérea – Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de setembro. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2009d. Decreto Regulamentar n.º 23/2009, de 4 de setembro. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2010a. *Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013 – Despacho n.º 7769/2010, de 16 de abril, do Ministro da Defesa Nacional*. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2010b. *Diretiva Ministerial para a Implementação da Reforma – Despacho n.º 7770/2010, de 4 de maio, do Ministro da Defesa Nacional*. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2011a. Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional – Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2011b. *Programa do XIX Governo Constitucional, de 28 de junho de 2011*. [Em linha]. Disponível em: https://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf [Consult. em 27out13].

Governo, 2011c. *Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015*. [Em linha]. Disponível em www.igcp.pt/fotos/editor2/2011/.../estrategia-orcamental-2011-2015.pdf. [Consult. em 17Jan14].

Governo, 2012a. Diretiva para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas – Despacho n.º 149/MDN/2012, de 12 de junho. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2012b. Decreto-Lei n.º 211/2012, de 21 de setembro. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2013a. *Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Em linha]. Disponível em: <http://segurancaedefesa.blogs.sapo.pt/75816.html>. [Consult. em 27out13].

Governo, 2013b. Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 13 de março – Reforma “Defesa 2020”. Lisboa: Diário da República.



Governo, 2013c. Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 21 de março – Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2013d. Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020” – Despacho n.º 527-A/2013, de 31 de maio de 2013. Lisboa: Diário da República.

Governo, 2013e. Orçamento do Estado para 2014 – Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro de 2013. Lisboa: Diário da República.

Grant, D, & Osrick, C (eds.), 1996. *Metaphor and organization*. London: Sage.

Hatch, M. & Schultz, M. 1997. *Relations between organizational culture identity and image*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.majkenschultz.com/wp-content/uploads/Academic%20Publications/Relations%20between%20organizational%20culture,%20identity%20and%20image%201997.pdf>. [Consult. 07fev14].

Henius J. & Jacopo McDonald L., 2012. *Smart Defense – A Critical Appraisal*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ndc.nato.int/download/downloads.php?icode=326>. [Consult. em 12dez13].

IAI, 2012. *Dynamic Change Rethinking NATO’s Capabilities, Operations and Partnerships*. Istituto Affari Internazionali. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scienzepolitiche.unibo.it/it/documenti/nato/dynamic-change-ld/@@download/file/Dynamic%20Change%20-%20LD.pdf>. [Consult. em 12jan14].

IDN, 2013. *A Defesa Nacional no contexto da reforma das funções de soberania do Estado*. [Em linha]. Disponível em: http://www.defesa.pt/Documents/20130307_IDN_reforma_do_estado_soberania_jan2013.pdf. [Consult. em 10dez13].

IISS, 2013. *The Military Balance 2013 – The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. The International Institute for Strategic Studies. London.

Junior, E. *et al.* 2013. *Uma métrica para reconhecer a identidade corporativa de empresas brasileiras*. [Em linha]. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/REBRAE?dd1=10190&dd99=pdf>. [Consult. em 12fev14].

Leal, Catarina Mendes, 2012. *Pooling and sharing – Dividir e partilhar num mundo em*



mudança. Caderno DGPDN N.º 1. Lisboa: MDN.

Marrone, Alessandro, 2012. *Defence Spending in Europe in Light of the Economic Crisis*. Istituto Affari Internazionali. [Em linha]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lng=en&id=154432>. [Consult. em 16dez13].

Mata, João A.D., 2013. *O Modelo de Financiamento das Forças Armadas*. Lisboa: IESM.

Missiroli, Antonio (ed.), 2013. *Enabling the future European military capabilities 2013-2025: challenges and avenues*. European Union Institute for Security Studies. [Em linha]. Disponível em http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Report_16.pdf. [Consult. em 10jan14].

Möckli, Daniel, 2012. *Smart Pooling – State of Play in European Defence and Armaments Cooperation*. [Em linha]. Disponível em: http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/156371/ipublicationdocument_singledocument/f683cbd4-d503-46fc-ae04-636b6dea7a87/en/css_analysen_nr126-1212_e.pdf. [Consult. em 10jan14].

Monteiro, P., 2014. *Alocução do General CEMGFA por ocasião tomada de posse no respetivo cargo*, em 7 fev. 2014. Lisboa: EMGFA.

Morgan, G. 1996. *An afterward: is there anything more to be said about metaphor?* in *Metaphor and organization*. Grant, David & Osrick, Cliff (eds.). London: Sage.

Moskos, Charles. 1988. *The Military: More Than Just a Job?* Washington: Pergamon Brassey's.

NATO, 2011. *Building Capability through Multinational and Innovative Approaches - Update 2 to the Final Report by the ACT-led NATO Task Force*. Addendum 2 to AC/281-N(2011)0144 (R). Brussels: NATO/DPPC (R).

NATO, 2012. *Financial and Economic Data Relating to NATO Defence*. Press Release PR/CP(2012)047-REV1. [Em linha]. Disponível em http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2012_04/20120413_PR_CP_2012_047_rev1.pdf. [Consult. em 18jan14].

NATO, 2012. *Smart Defense*. [Em linha]. Disponível em http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_84268.htm? [Consultado em 21jan14].

Nogueira, E. (2007). *Símbolo e identidade organizacional função da figura ou imagem conceitual*. [Em linha]. Disponível em:



http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/TEO/2004_TEO24_85.pdf. [Consult. em 11fev14].

Novotny, Antonín, 2012. *Smart Defence - A New Way Of Looking at The Capabilities of the Alliance*. [Em linha]. Disponível em: http://cenaa.org/analysis/wp-content/uploads/2013/02/Novotny_final.pdf. [Consult. em 23jan14].

O'Donnell, Clara Marina (ed.), 2012. *The implications of military spending cuts for NATO's largest members*. Analysis Paper. Brookings Institution. [Em linha]. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2012/7/military%20spending%20nato%20odonnell/military%20spending%20nato%20odonnell%20pdf>. [Consult. em 20jan14].

Parker, M. 2000. *Organizational culture and identity: unity and divisions at work*. London: Sage.

Pereira, Helena, 2013. *Chefes militares em estado de alerta*. [Em linha]. Semanário Sol. Disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Politica/Interior.aspx?content_id=68561. [Consult. em 17jan14].

Petronilho, Ana, 2013. *Ministro confirma cortes de 218 milhões na Defesa*. [Em linha]. Diário Económico. Disponível em http://economico.sapo.pt/noticias/ministro-confirma-cortes-de-218-milhoes-na-defesa_162720.html. [Consultado em 18jan14].

Pinheiro, A. 2014. *A Reforma das FFAA*. Entrevista pelo autor ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Lisboa, 24 fev. 2014.

PORDATA, 2013. *Despesas em Portugal*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Despesas-64>. [Consult. 20dez13].

Pratt, M. & Foreman, P. 2000. *Classifying managerial responses to multiple organizational identities*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/259261?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21103501552393>. [Consult. 10fev14].

Presseurop, 2012. *Crise da dívida: União política: mais fácil de dizer do que de fazer*. [Em linha]. Disponível em <http://www.presseurop.eu/pt/content/press-review/2142571uniaopolitica-mais-facil-de-dizer-do-que-de-fazer> [Consult. em 27jan14].

Público. 2014. *Novo CEME que prioridade às pessoas e à capacidade de resposta do*



Exército. [Em linha]. Disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/novo-ceme-quer-prioridade-as-pessoas-e-a-capacidade-de-resposta-do-exercito-1624231>. [Consult. em 18fev14].

Puusa, A. 2007. *Conducting research on organizational identity*. [Em linha]. Disponível em: http://ejbo.jyu.fi/pdf/ejbo_vol11_no2_pages_24-28.pdf. [Consult. em 11fev14].

Quivy, R. et Al, 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.

Rand, 2012. *Can NATO Meet Defense Challenges in an Era of Austerity?* National Defense Research Institute. [Em linha]. Disponível em: www.rand.org/content/dam/RAND_RB9675.pdf. [Consult. em 15jan14].

Rasmussen, Anders Fogh, 2011. *Building security in an age of austerity*. [Em linha]. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_70400.htm. [Consult. em 11dez13].

Rodrigues, Carlos, 2013. *A Participação Nacional em Programas de Smart Defense e Pooling & Sharing*. Entrevista pelo Autor ao responsável pelos assuntos NATO na DIPAEM/EMG/EMGFA. Lisboa (12 dez. 2013).

Ran, B. & Golden, T. 2011. *Who Are We? The Social Construction of Organizational Identity Through Sense-Exchanging*. [Em linha]. Disponível em: http://www.personal.psu.edu/bur12/index_files/Ran%202011.pdf. [Consult. em 5fev14].

Rodrigues, Carlos, 2000. *Mercatização e Promoção do Produto Militar – O caso da Academia da Força Aérea*. Tese de Mestrado, ISCTE. [Em linha]. Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/crodrigues.html>. [Consult. em 14fev14].

SIPRI, 2013a. *Trends in World Military Expenditure, 2012*. Fact Sheet April 2013. Stockholm International Peace Research Institute. [Em linha]. <http://books.sipri.org/files/FS/SIPRIFS1304.pdf>. [Consult. em 20jan14].

SIPRI, 2013b. *Yearbook 2013 - Armaments, Disarmament and International Security Summary*. Stockholm International Peace Research Institute. [Em linha]. Disponível em <http://www.sipri.org/yearbook/2013/files/SIPRIYB13Summary.pdf>. [Consult. em 20jan14].

Slijper, Frank, 2013. *Guns, Debt and Corruption – Military spending and the EU crisis*.



[Em linha]. Disponível em <http://www.statewatch.org/news/2013/apr/eu-tni-guns-debt-corruption-report-april-2013.pdf>. [Consult. em 20jan14].

Soromenho-Marques, V., 2008. *O Federalismo*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.viriatosoromenho-marques.com/Imagens/PDFs/FEDERALISMO.pdf>.

[Consult. em 6jan14].

Struys, Wally, 2012. *Defence Economies in Small and Medium-Sized Countries*. Journal of Defense Studies & Resource Management. [Em linha]. Disponível em <http://www.scitechnol.com/download.php?download=2324-9315/2324-9315-1-e103.pdf>.

[Consult. em 17jan14].

Swenden, Wilfried, 2006. *Federalism and Regionalism in Western Europe – A Comparative and Thematic Analysis*. Great Britain: Palgrave Macmillan.

Troika, 2011. *Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política económica*. [Em linha]. Disponível em www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf. [Consult. em 16Jan14].

Valasek, Tomas, 2011. *Surviving Austerity – The case for a new approach to EU military collaboration*. [Em linha]. Disponível em http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/rp_981-141.pdf. [Consult. em 20jan14].

Vessel, David, 2010. *Did' Great Recession' Live Up to the Name?* [Em linha]. The Wall Street Journal. Disponível em <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702303591204575169693166352882>. [Consult. em 16jan14].

Vitorino, António, 1996. *Política de Defesa Nacional*. Nação e Defesa, Ano XXI, N.º 79. Lisboa: IDN.



Apêndice 1 – Plano geral do trabalho

OBJETIVO GERAL		QUESTÃO CENTRAL	
Analisar o impacto da reforma em curso no âmbito da Defesa Nacional, no que concerne à problemática da identidade das FFAA.		Em que medida aspetos como a situação financeira que o país atravessa, a adoção de políticas de <i>Smart Defence</i> e de <i>Pooling & Sharing</i> , a par da tendência dominante para a federalização da União Europeia, constituem fatores passíveis de influenciar a reforma em curso da Defesa Nacional, ao ponto de promoverem uma transformação significativa na identidade das Forças Armadas?	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES DERIVADAS	HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	
OE1: Determinar a influência de um contexto económico interno extremamente restritivo na reforma das FFAA.	QD1: Até que ponto o quadro de restrição financeira que o país enfrenta é suscetível de influenciar a reforma da DN, com impacto direto na alteração da identidade das FFAA?	H1: As limitações financeiras com que Portugal se defronta favorecem a adoção de medidas com impacto na transformação identitária das FFAA.	
OE2: Determinar o impacto das iniciativas de SD e de P&S no quadro da reforma das FFAA.	QD2: Serão as iniciativas de SD e de P&S adotadas pelo Estado Português capazes de promover mudanças na identidade das FFAA?	H2: As iniciativas de SD e de P&S adotadas pelo Estado Português não constituem fatores estruturantes em matéria de alteração da identidade das FFAA.	
OE3: Determinar que influência poderá ter a tendência federalista no seio da UE na reforma das FFAA.	QD3: Que implicações poderão ocorrer no capítulo identitário das FFAA em consequência de um eventual ascendente da tendência federalista no seio da UE?	H3: A tendência federalista no seio da UE influencia a reforma das FFAA, induzindo mudanças na sua identidade.	



Apêndice 2 - Ficha técnica do inquérito

Metodologia			
Método		<ul style="list-style-type: none">Os inquéritos foram oficialmente remetidos ao EMGFA e aos Ramos, com o objetivo de serem endereçados às contas institucionais de <i>email</i> dos oficiais gerais e dos oficiais superiores;A recolha dos dados decorreu entre 10JAN14 e 14MAR14, tendo sido recebidos 751 respostas através da ferramenta Google Docs.	
Técnica		<ul style="list-style-type: none">Amostragem probabilística aleatória simples;A amostra composta por 751 respostas permite fazer inferência para o total da população (composta por 2014 oficiais gerais e oficiais superiores), com uma margem de erro absoluta máxima de 3,7%, para um nível confiança de 99%.	
Caracterização dos respondentes			
Sexo	Masculino	701	93%
	Feminino	50	7%
Ramo	Marinha	191	25%
	Exército	335	45%
	Força Aérea	225	30%
Classe	Oficiais gerais	47	6%
	Oficiais superiores	704	94%



Apêndice 3 – Modelo do inquérito

Inquérito

O presente inquérito é dirigido especificamente a oficiais gerais e oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas, e destina-se a recolher informação destinada ao Trabalho de Investigação Individual (TII) do Coronel Paulo José Reis Mateus, intitulado “As reformas da Defesa Nacional e a identidade das Forças Armadas”, a realizar no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General 2013/2014, no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Os dados recolhidos serão usados exclusivamente para fins estatísticos, no estrito domínio académico, sendo tratados de forma confidencial e anónima.

Por favor responda a todas as questões

Informação genérica do inquirido

Sexo:	Masculino <input type="checkbox"/>	Feminino <input type="checkbox"/>	
Idade:	< 35 <input type="checkbox"/>	36 a 40 <input type="checkbox"/>	41 a 45 <input type="checkbox"/>
	46 a 50 <input type="checkbox"/>	51 a 55 <input type="checkbox"/>	> 55 <input type="checkbox"/>
Ramo a que pertence:	Marinha <input type="checkbox"/>	Exército <input type="checkbox"/>	Força Aérea <input type="checkbox"/>
Categoria:	Oficial General <input type="checkbox"/>	Oficial Superior <input type="checkbox"/>	

1. Identificação organizacional

Indique em que medida concorda/discorda relativamente às seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1.1 Tomo as críticas às Forças armadas como insultos à	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2 Interesse-me pelo que os outros pensam sobre as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3 Tomo os elogios às Forças Armadas como elogios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Força da identidade organizacional

Indique em que medida concorda/discorda relativamente às seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
2.1 As Forças Armadas têm um objetivo comum;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2 As Forças Armadas possuem uma visão clara e	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3 Nas Forças Armadas existe um forte sentimento de	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



2.4 As Forças Armadas têm uma missão própria, que é partilhada por todos os seus membros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

3. Identificação profissional
Indique em que medida concorda/discorda relativamente às seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
3.1 Se pudesse ingressar noutra profissão com idêntica remuneração fá-lo-ia;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2 Se pudesse voltar atrás não escolheria a vida militar;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3 Desde o meu ingresso nas fileiras, nunca tive dúvidas quanto a seguir a carreira militar;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4 Não deixaria esta profissão mesmo que pudesse obter o sustento necessário sem trabalhar;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5 Estou desapontado com a profissão que escolhi;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.6 Gosto demasiado da minha profissão para desistir dela;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.7 Independentemente das alterações que venham a verificar-se na sequência de eventuais reestruturações nas Forças Armadas, continuarei sempre a dar o meu melhor;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.8 Tenho orgulho em pertencer às Forças Armadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Liderança
Tendo em conta o seu quotidiano, indique em que medida concorda/discorda com as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
4.1 O meu chefe direto está absolutamente empenhado no cumprimento da missão de acordo com os valores da Organização;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2 Os chefes de topo constituem um bom exemplo do modo como se deve trabalhar tendo em conta os valores da Organização;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3 Faço o que for necessário para que o meu trabalho expresse os valores da Organização.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Congruência de valores
Em que medida os valores abaixo apresentados orientam as suas ações no dia-a-dia:

	Raramente	Às vezes	Frequentemente
5.1 Sucesso material e poder;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2 Solidariedade social e progresso;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.3 Popularidade e êxito social;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.4 Autoridade forte, ordem e disciplina;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.5 Descontração e divertimento;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.6 Espírito de corpo (entregada e colaboração);	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.7 Conservadorismo (crença e valores estabelecidos);	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.8 Rejeição dos procedimentos estabelecidos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.9 Devoção, fidelidade, lealdade;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



5.10 Espírito de sacrifício (dedicação e sofrimento);	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.11 Passividade, facilitismo;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.12 Individualismo, interesse pessoal;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.13 Idealismo, altruísmo, cooperação;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.14 Intransigência, dureza e dominância;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.15 Amizade, liberalismo, generosidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. “Reforma 2020”

Indique em que medida concorda/discorda com as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
6.1 A necessidade de responder eficazmente aos desafios securitários emergentes impõe uma reforma estrutural profunda nas FFAA;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.2 As reduções impostas pela “Reforma 2020” (30% dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos e um número de efetivos entre 30.000 a 32.000) podem afetar a coerência interna das FFAA, provocando a sua descaracterização;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3 A reestruturação das FFAA no âmbito da “Reforma 2020” é essencial para garantir a sua credibilização tanto no plano externo como no plano interno;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.4 As transformações resultantes da “Reforma 2020” são suscetíveis de alterar o quadro de valores essenciais das FFAA, pondo em causa a sua coerência interna;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.5 O carácter conservador da cultura militar constitui um fator de estabilidade institucional suficientemente forte para impedir a descaracterização das FFAA face ao eventual impacto decorrente da “Reforma 2020”;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.6 A atual estrutura das FFAA não permite dar resposta ao nível de ambição estabelecido em sede do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.7 O quadro de valores fundamentais que norteiam as FFAA é suficientemente sólido para resistir às transformações estruturais ditadas pela “Reforma 2020”, impedindo a sua descaracterização;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Fatores estruturantes da reestruturação das FFAA: Restrições financeiras

Indique em que medida concorda/discorda com as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
7.1 A “Reforma 2020” visa sobretudo a reduzir a despesa com as FFAA, ignorando a sua eficácia operacional;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2 A crise económica, e os constrangimentos financeiros dela decorrentes, coloca a necessidade de promover a reestruturação das FFAA;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.3 A reestruturação das FFAA no quadro da “Reforma 2020” pretende salvaguardar que o País tenha melhores forças com menos despesa;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



7.4 A reforma das Forças Armadas é essencial para garantir a continuidade de uma estrutura armada eficaz de segurança e defesa, num contexto de restrição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.5 O esforço reformista no quadro da Defesa Nacional deve acompanhar as tendências em curso nos demais Estados do nosso espaço geopolítico, onde também se verifica um acentuado decréscimo nos orçamentos militares;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Fatores estruturantes da reestruturação: Iniciativas externas no quadro da NATO e UE
Indique em que medida concorda/discorda com as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
8.1 As iniciativas de Smart Defense e de <i>Pooling & Sharing</i> promovem a interoperabilidade e garantem o acesso a capacidades militares essenciais, que muito dificilmente seriam alcançáveis de outro modo;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2 A adesão às iniciativas de <i>Smart Defense</i> e de <i>Pooling & Sharing</i> pode suscitar o desinvestimento em capacidades militares essenciais para Portugal;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3 A adesão às Iniciativas de <i>Smart Defense</i> e de <i>Pooling & Sharing</i> é passível de promover a descaracterização das FFAA, caso não seja salvaguardada a capacidade de atuação autónoma em setores de exclusivo interesse nacional;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.4 O modelo estrutural que melhor serve as FFAA apoia-se numa lógica de cooperação alargada no âmbito da NATO e da EU;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5 As FFAA necessitam de uma reestruturação que lhes permita assumir com credibilidade as responsabilidades que detêm no âmbito da NATO e da EU;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

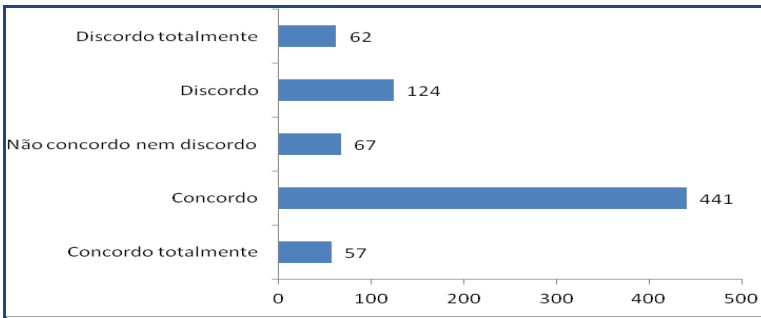
9. Fatores estruturantes da reestruturação: Tendência federalista no seio da UE
Indique em que medida concorda/discorda com as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
9.1 A criação de um exército único europeu constitui uma iniciativa fundamental para a salvaguarda da segurança dos Estados da União, face à complexidade e diversidade aos desafios securitários emergentes;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.2 A criação de um exército único europeu não deixará de fazer refletir as vontades dos Estados-Membros economicamente mais poderosos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.3 A criação de um exército único europeu será benéfico para todos os Estados-Membros, na medida em que permitirá assegurar um maior equilíbrio de forças no seio da União Europeia;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.4 O alargamento das políticas federalistas da União Europeia ao domínio da Defesa, com a criação de um exército único europeu, pode afetar o quadro de valores essenciais das FFAA, promovendo a sua descaracterização.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

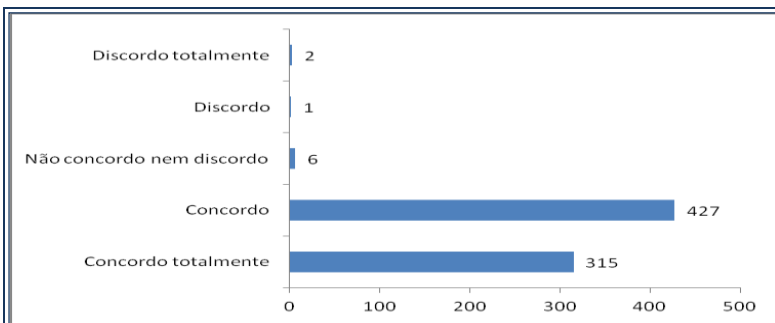


Apêndice 4 – Resultados dos inquéritos

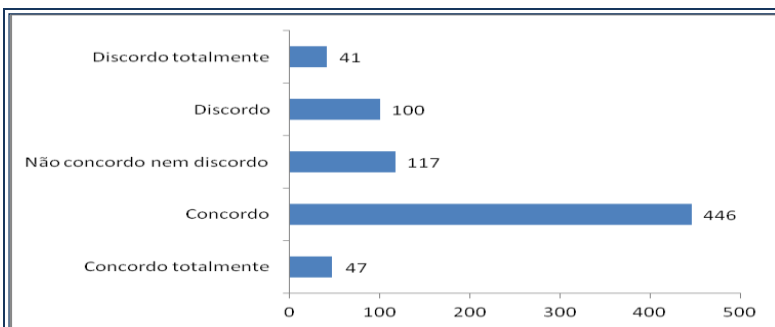
2.1 Tomo as críticas às Forças Armadas como insultos à minha pessoa



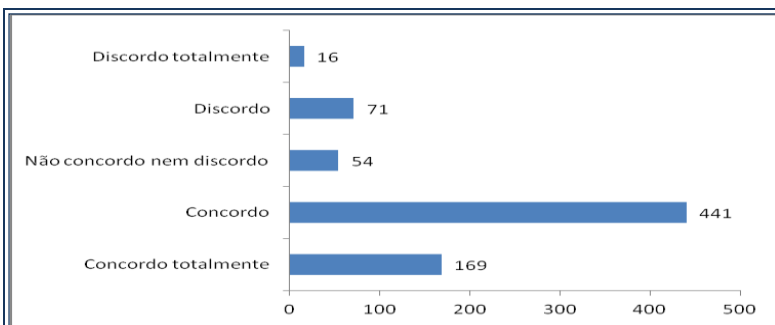
2.2 Interesse-me pelo que os outros pensam sobre as Forças Armadas



2.3 Tomo os elogios às Forças Armadas como elogios pessoais

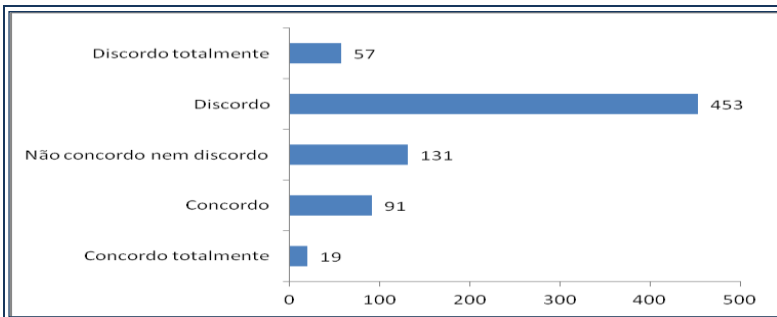


2.4 As Forças Armadas têm um objetivo comum

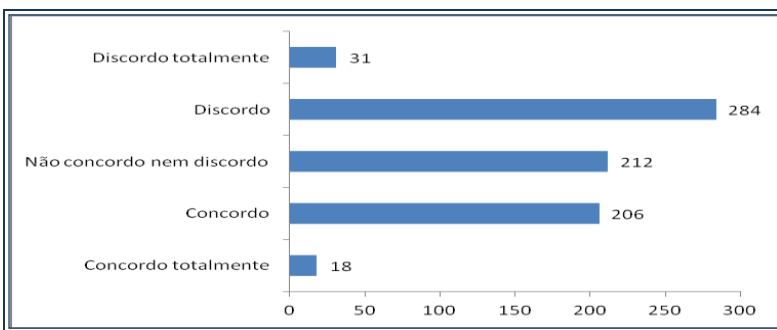




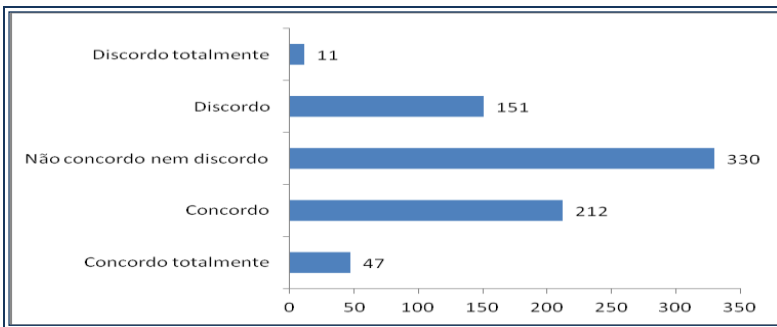
2.5 As Forças Armadas possuem uma visão clara e única



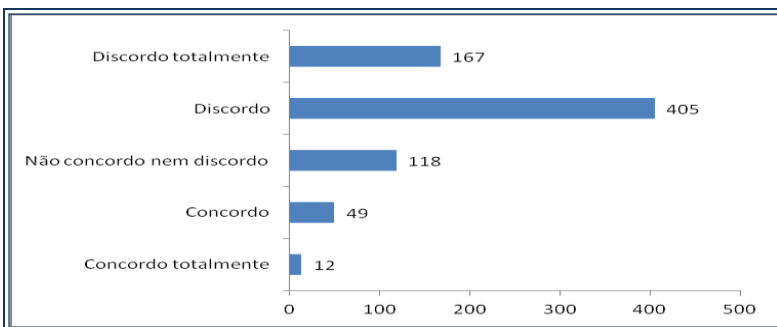
2.6 Nas Forças Armadas existe um forte sentimento de unidade



2.7 As Forças Armadas têm uma missão própria, que é partilhada por todos os seus membros

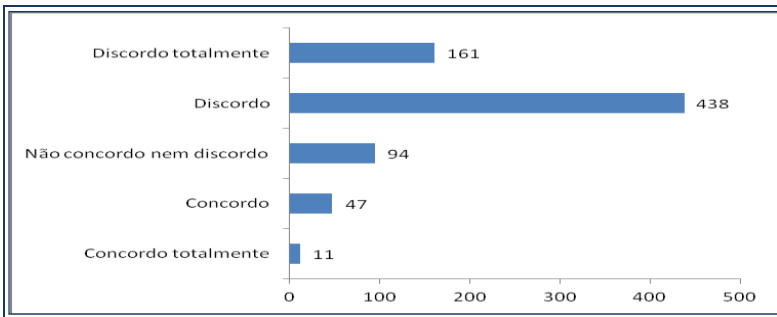


3.1 Se pudesse ingressar noutra profissão com idêntica remuneração fá-lo-ia

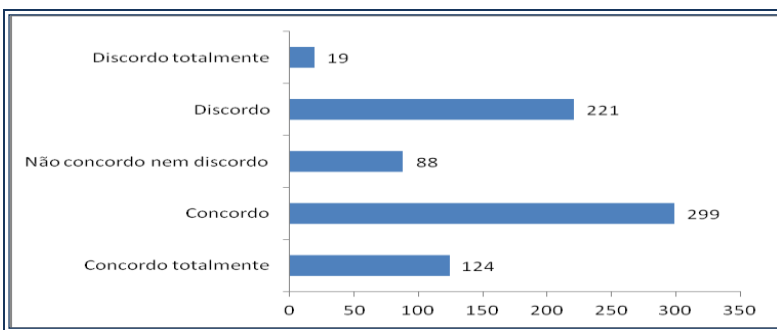




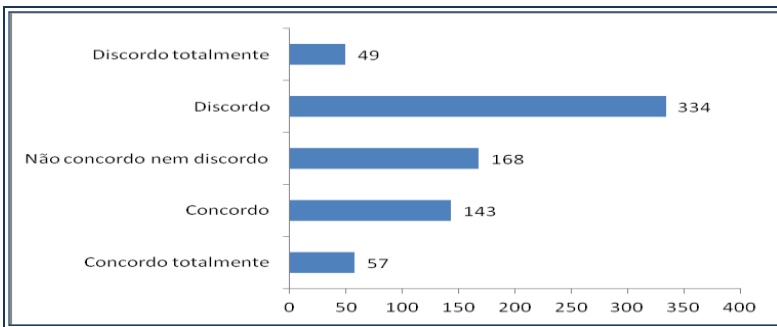
3.2 Se pudesse voltar atrás não escolheria a vida militar



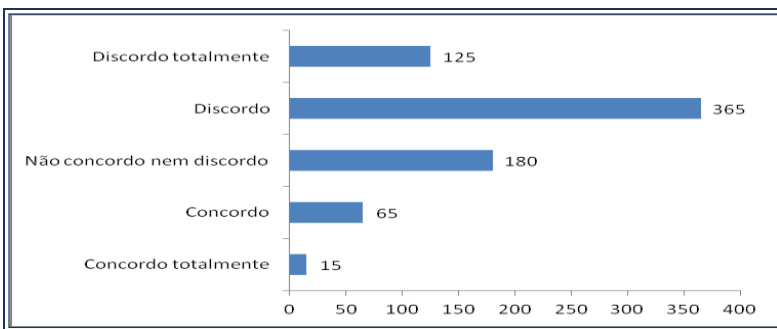
3.3 Desde o meu ingresso nas fileiras, nunca tive dúvidas quanto a seguir a carreira militar



3.4 Não deixaria esta profissão mesmo que pudesse obter o sustento necessário sem trabalhar

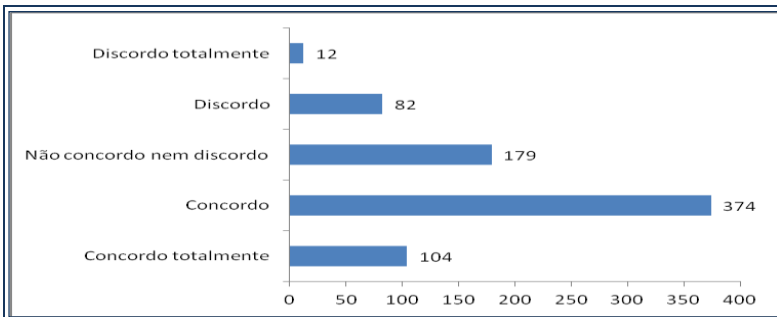


3.5 Estou desapontado com a profissão que escolhi

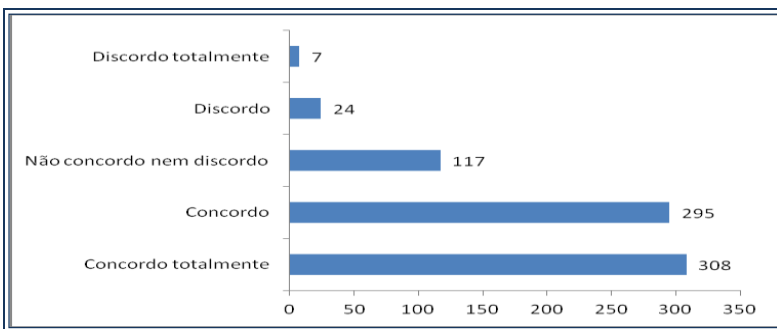




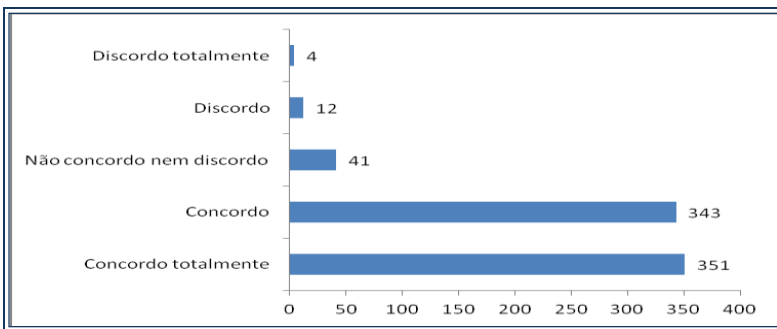
3.6 Gosto demais da minha profissão para desistir dela



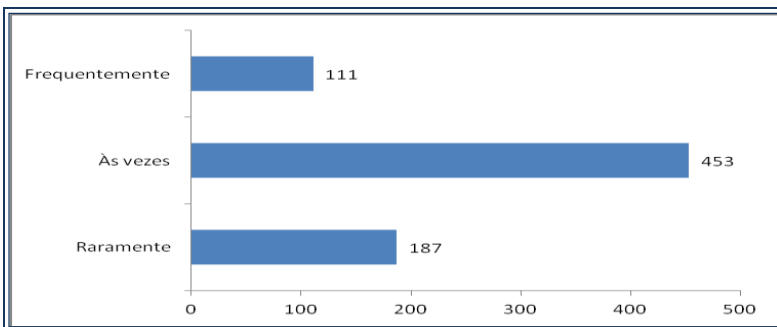
3.7 Independentemente das alterações que venham a verificar-se na sequência de eventuais reestruturações nas Forças Armadas, continuarei sempre a dar o meu melhor



3.8 Tenho orgulho em pertencer às Forças Armadas

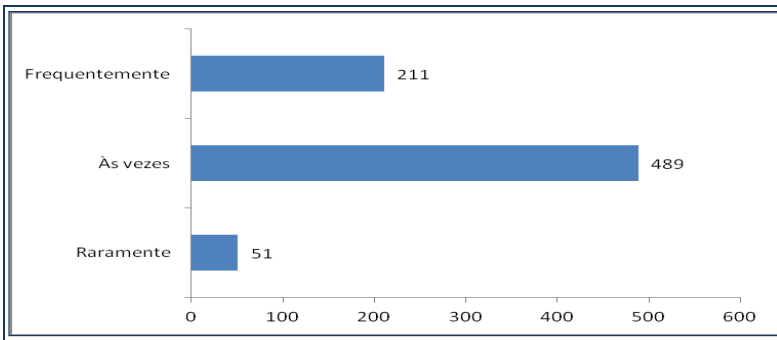


4.1 Sucesso material e poder

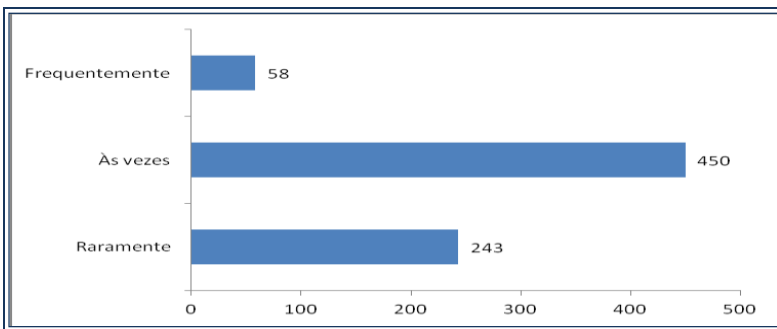




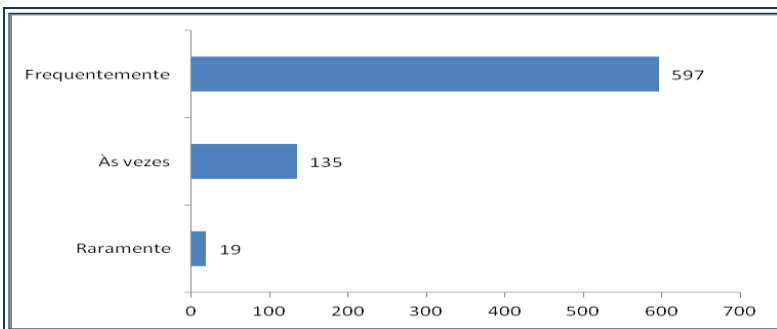
4.2 Solidariedade social e progresso



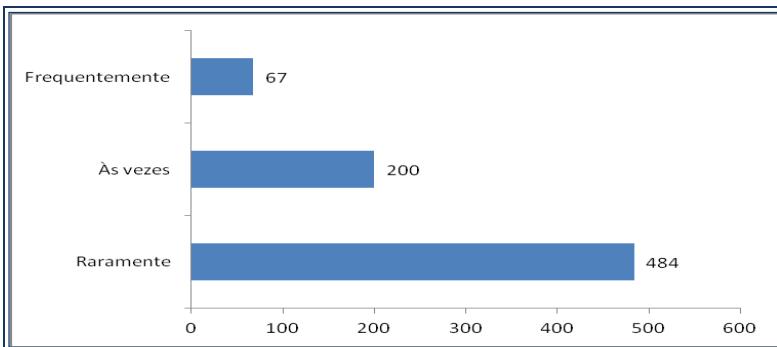
4.3 Popularidade e êxito social



4.4 Autoridade forte, ordem e disciplina

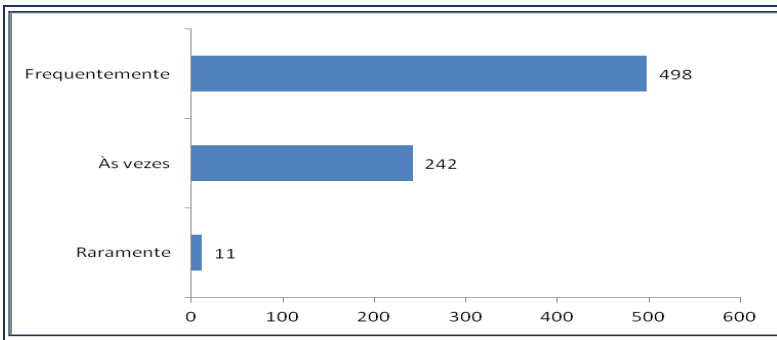


4.5 Descontração e divertimento

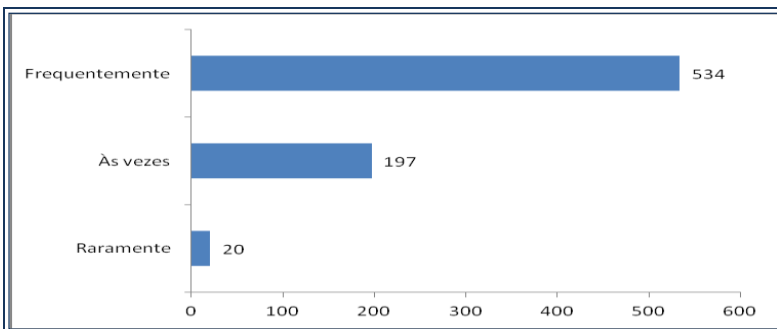




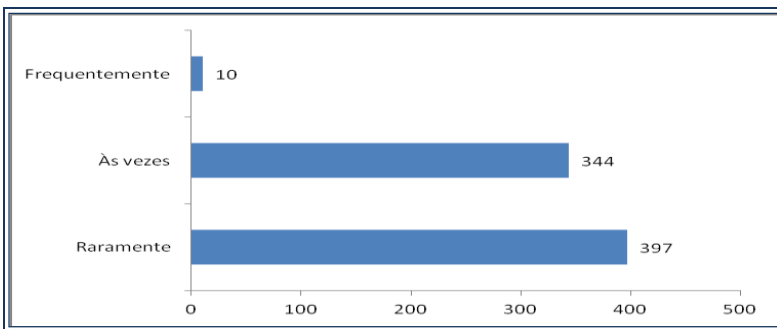
4.6 Espírito de corpo (entrejuda e colaboração)



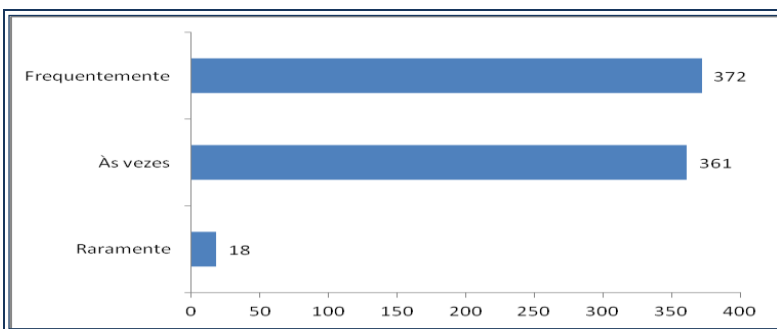
4.7 Conservadorismo (crenças e valores estabelecidos)



4.8 Rejeição dos procedimentos estabelecidos

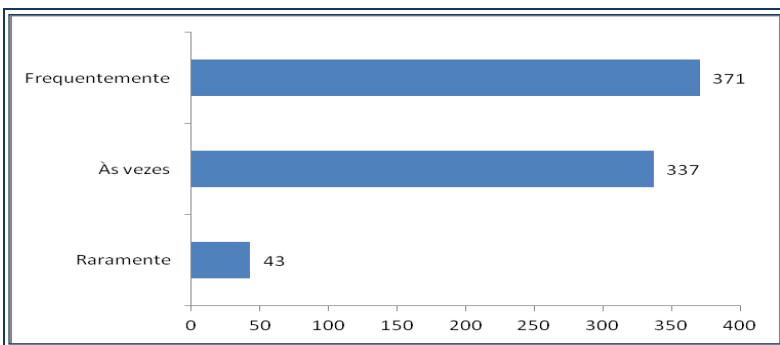


4.9 Devoção, fidelidade, lealdade

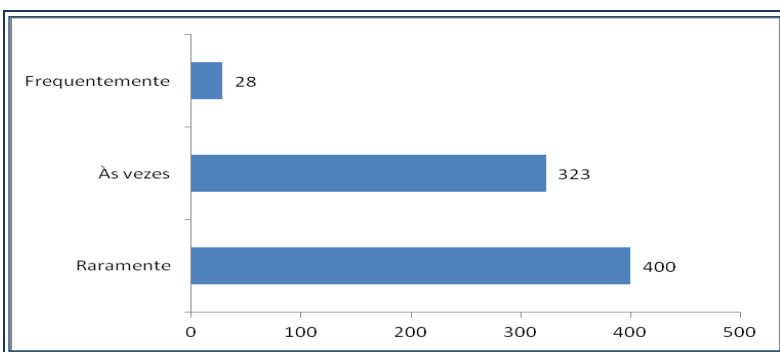




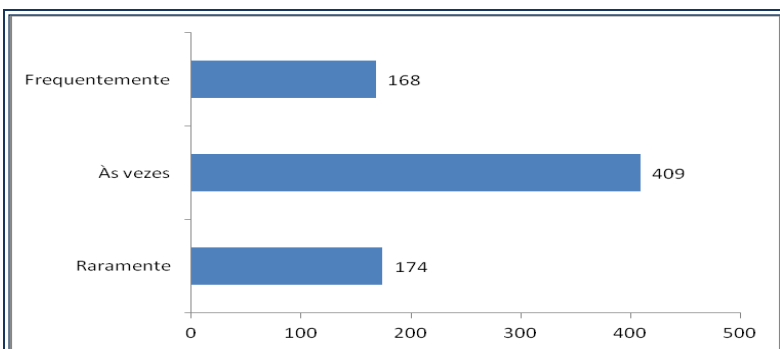
4.10 Espírito de sacrifício (dedicação e sofrimento)



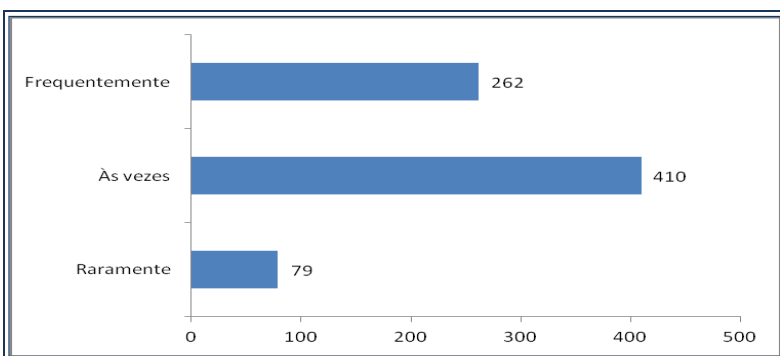
4.11 Passividade, facilitismo



4.12 Individualismo, interesse pessoal

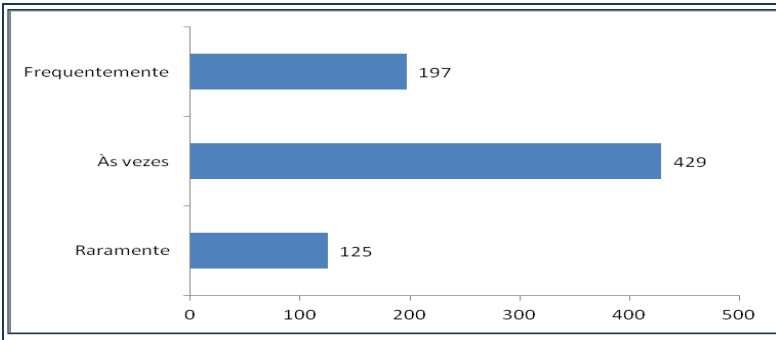


4.13 Idealismo, altruísmo, cooperação

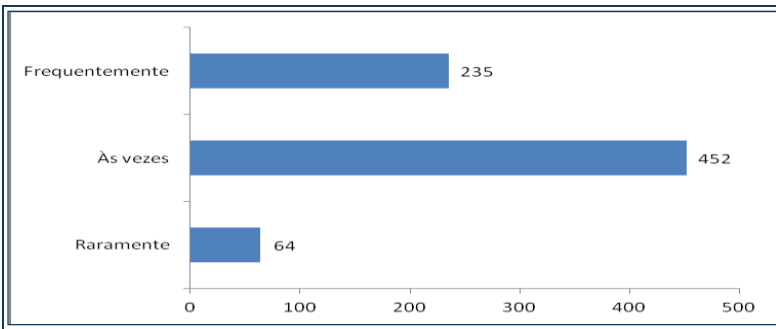




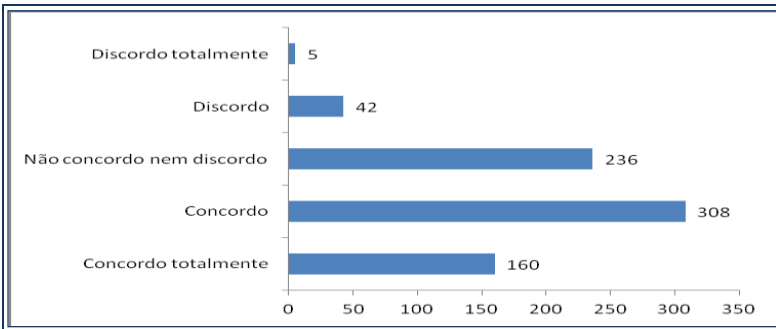
4.14 Intransigência, dureza e dominação



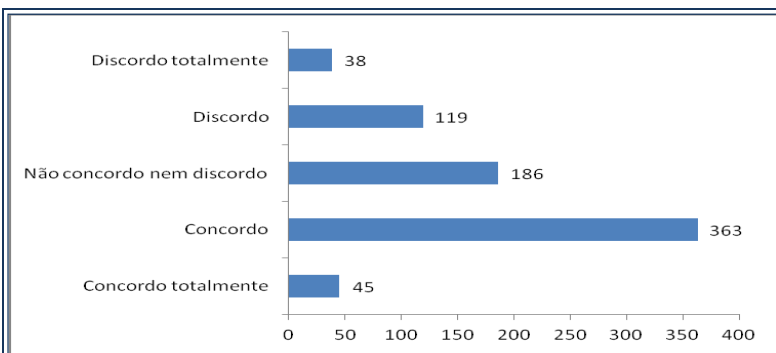
4.15 Amizade, liberalismo, generosidade



5.1 O meu chefe direto está absolutamente empenhado no cumprimento da missão de acordo com os valores da Organização

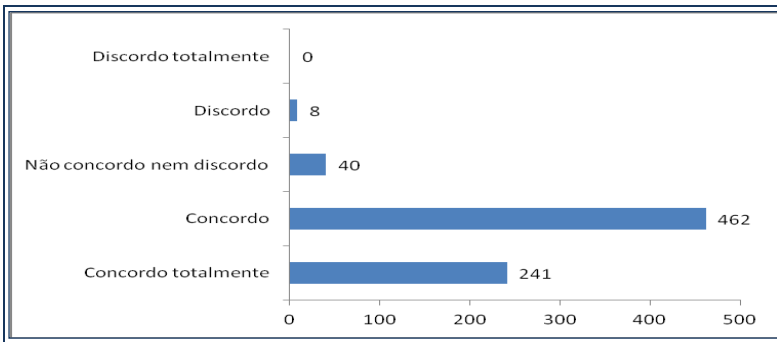


5.2 Os chefes de topo constituem um bom exemplo do modo como se deve trabalhar tendo em conta os valores da Organização

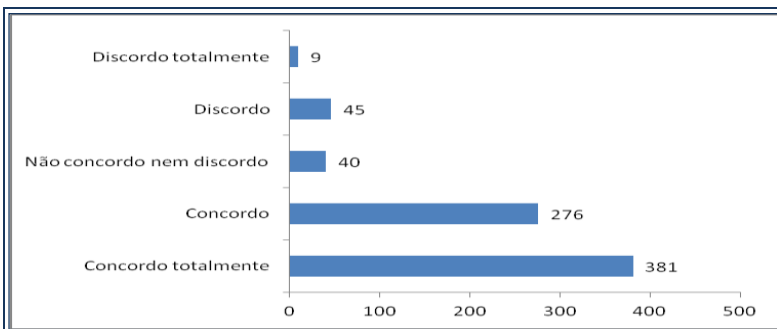




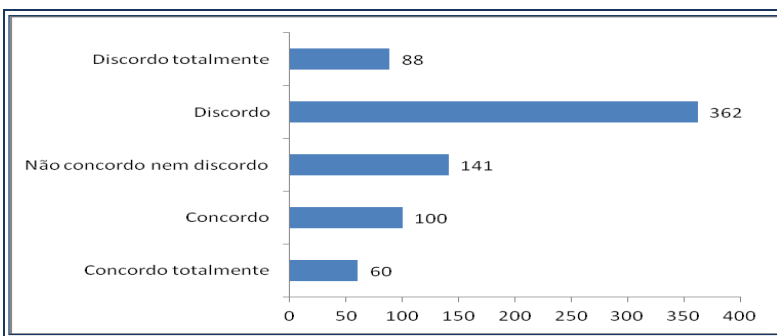
5.3 Faça o que for necessário para que o meu trabalho expresse os valores da Organização



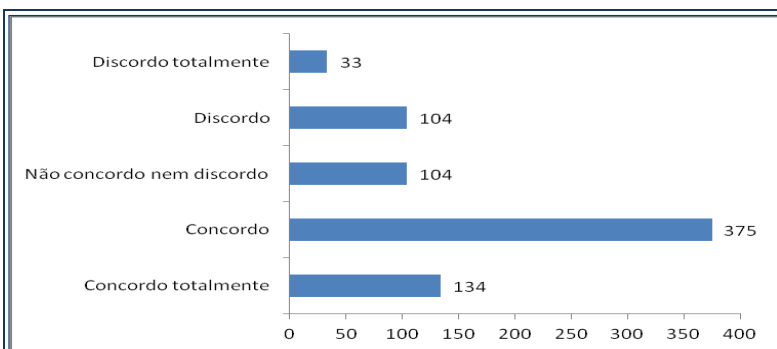
6.1 A necessidade de responder eficazmente aos desafios securitários emergentes impõe a realização de uma reforma estrutural profunda nas Forças Armadas



6.2 As reduções impostas pela reforma “Defesa 2020” (30% dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos e um número de efetivos entre 30.000 a 32.000) podem afetar a coerência interna das Forças Armadas, provocando a sua descaracterização

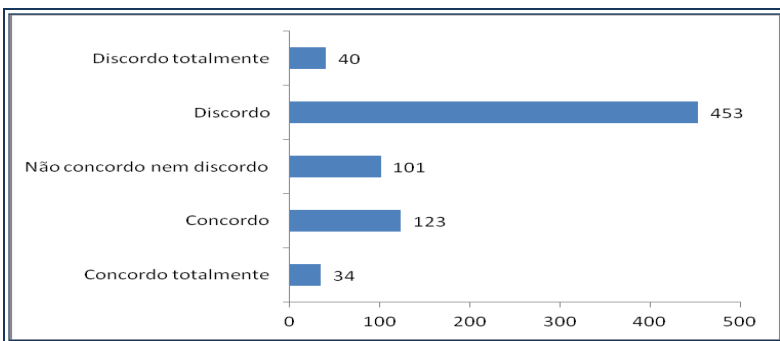


6.3 A reestruturação das Forças Armadas no âmbito da reforma “Defesa 2020” é essencial para garantir a sua credibilização tanto no plano externo como no plano interno

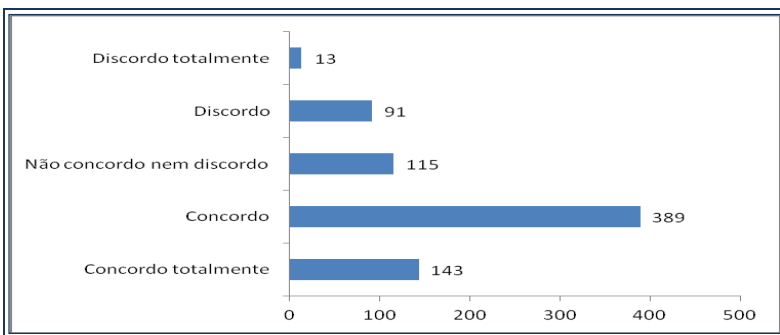




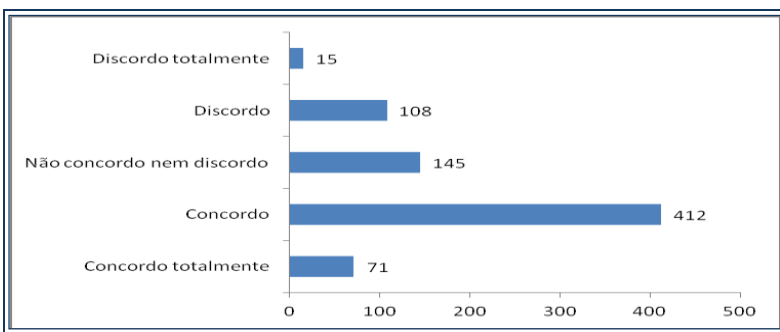
6.4 As transformações resultantes da reforma “Defesa 2020” são suscetíveis de alterar o quadro de valores essenciais das Forças Armadas, pondo em causa a sua coerência interna



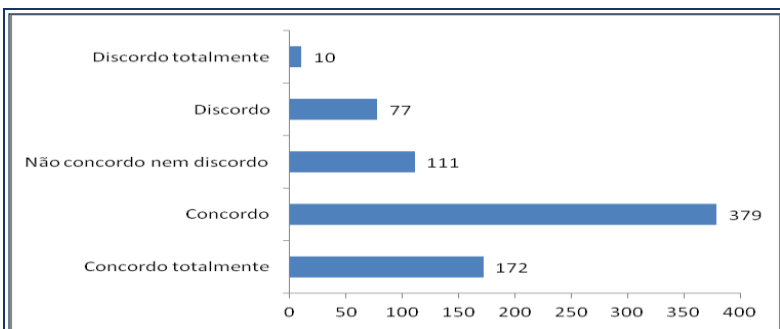
6.5 O carácter conservador da cultura militar constitui um fator de estabilidade institucional suficientemente forte para impedir a descaraterização das Forças Armadas face ao eventual impacto decorrente da reforma “Defesa 2020”



6.6 A atual estrutura das Forças Armadas não permite dar resposta ao nível de ambição estabelecido em sede do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional

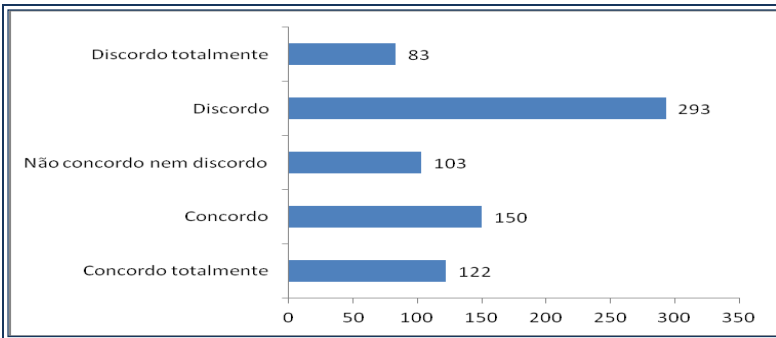


6.7 O quadro de valores fundamentais que norteiam as Forças Armadas é suficientemente sólido para resistir às transformações estruturais ditadas pela reforma “Defesa 2020”, impedindo a sua descaraterização

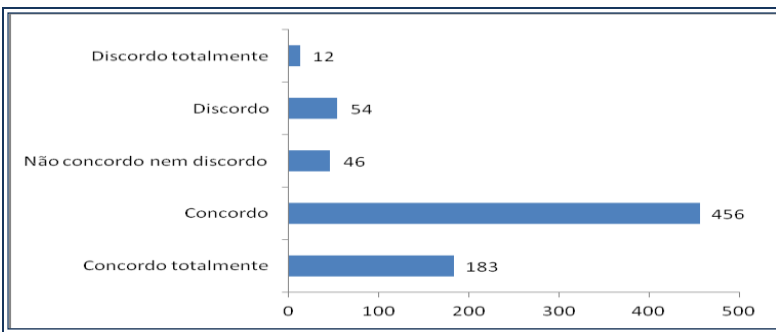




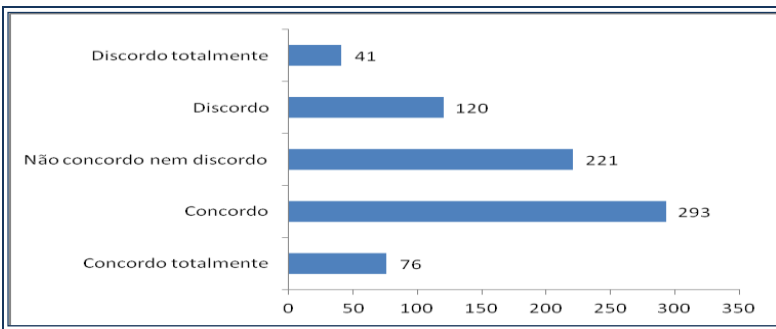
7.1 A reforma “Defesa 2020” visa sobretudo a reduzir a despesa com as Forças Armadas, ignorando a sua eficácia operacional



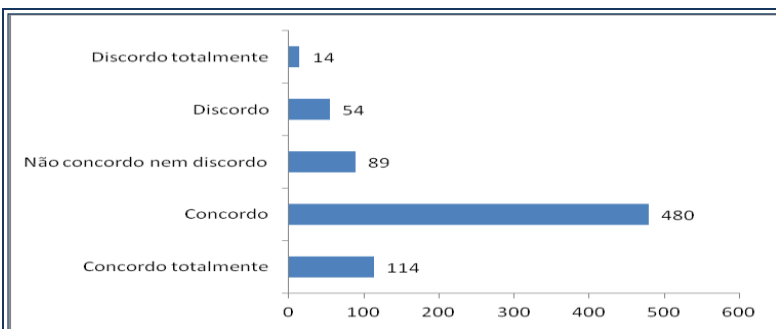
7.2 A crise económica, e os constrangimentos financeiros dela decorrentes, coloca a necessidade de promover a reestruturação das Forças Armadas



7.3 A reestruturação das Forças Armadas no quadro da reforma “Defesa 2020” pretende salvaguardar que o País tenha melhores forças com menos despesa

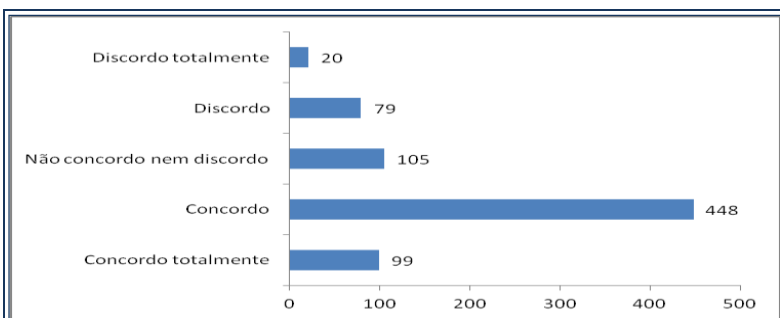


7.4 A reforma das Forças Armadas é essencial para garantir a continuidade de uma estrutura armada eficaz de segurança e defesa, num contexto de restrição financeira

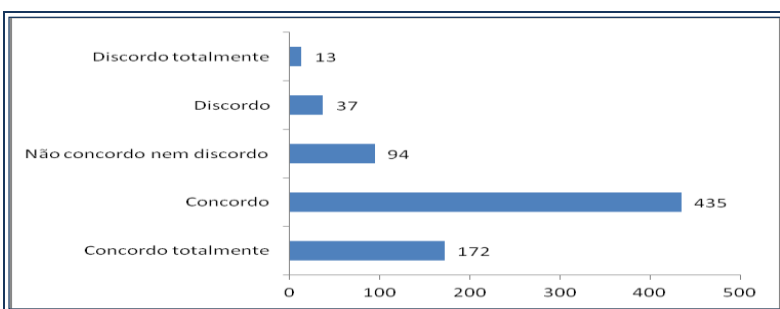




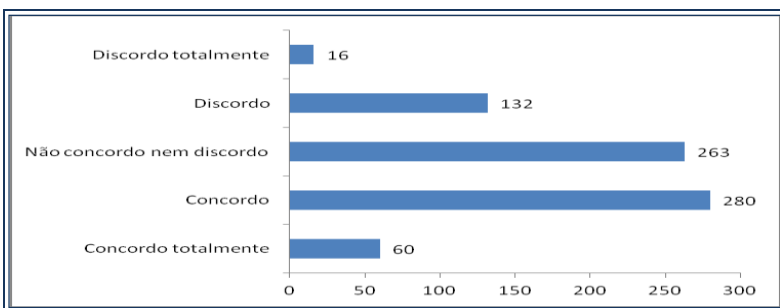
7.5 O esforço reformista no quadro da Defesa Nacional deve acompanhar as tendências em curso nos demais Estados do nosso espaço geopolítico, onde também se verifica um acentuado decréscimo nos orçamentos militares



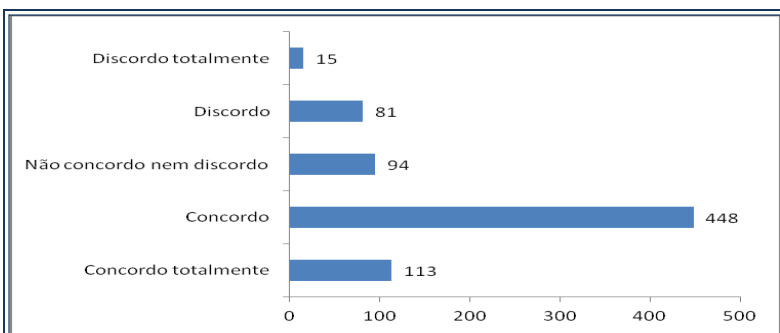
8.1 As iniciativas de *Smart Defence* e de *Pooling & Sharing* promovem a interoperabilidade e garantem a edificação de capacidades militares que muito dificilmente seriam alcançáveis de outro modo



8.2 A adesão às iniciativas de *Smart Defence* e de *Pooling & Sharing* pode suscitar o desinvestimento em capacidades militares essenciais para Portugal

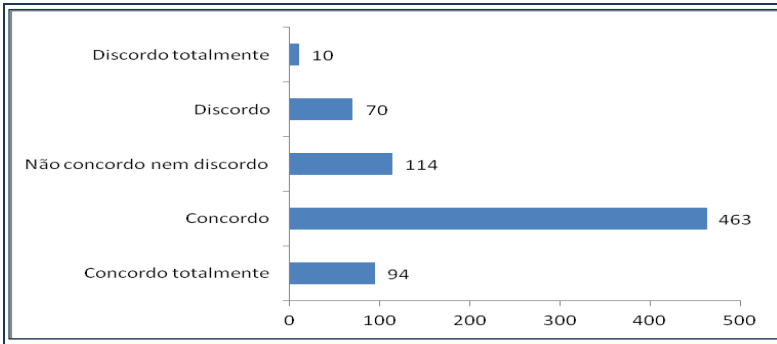


8.3 A adesão às Iniciativas de *Smart Defence* e de *Pooling and Sharing* é passível de promover a descaraterização das Forças Armadas, caso não seja salvaguardada a capacidade de atuação autónoma em setores de exclusivo interesse nacional

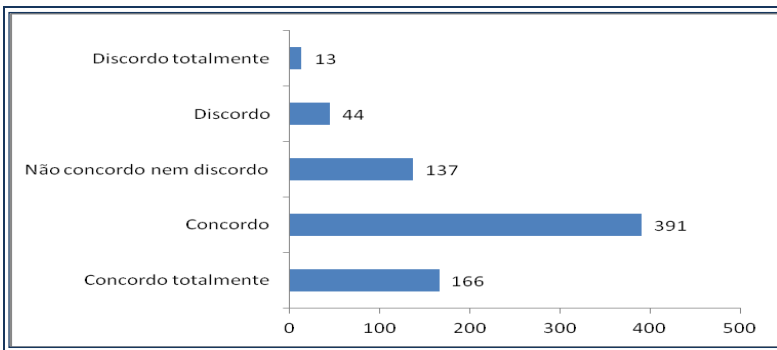




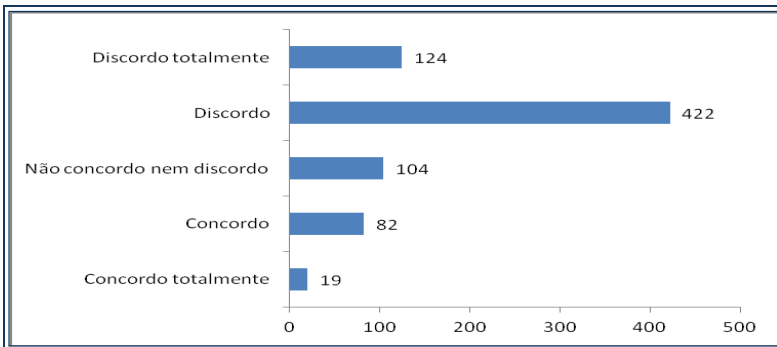
8.4 O modelo estrutural que melhor serve as Forças Armadas apoia-se numa lógica de cooperação alargada no âmbito da NATO e da União Europeia, onde as iniciativas de *Smart Defence* e de *Pooling & Sharing* assumem particular relevo



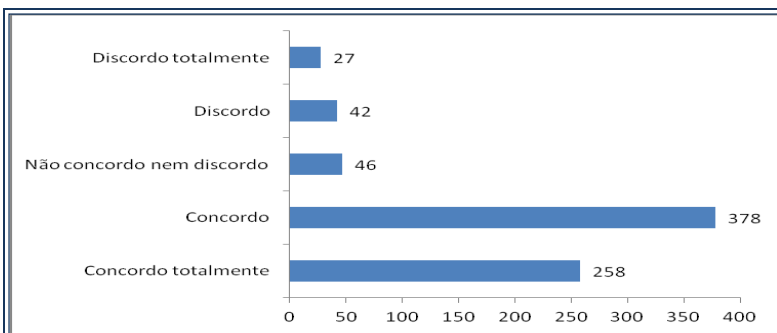
8.5 As iniciativas de *Smart Defence* e de *Pooling & Sharing* constituem respostas sensatas às dificuldades criadas pelo crescente desinvestimento na Defesa que se verifica na grande maioria dos países da NATO e da União Europeia



9.1 A criação de um exército único europeu constitui uma iniciativa fundamental para a salvaguarda da segurança dos Estados da União, face à complexidade e diversidade aos desafios securitários emergentes

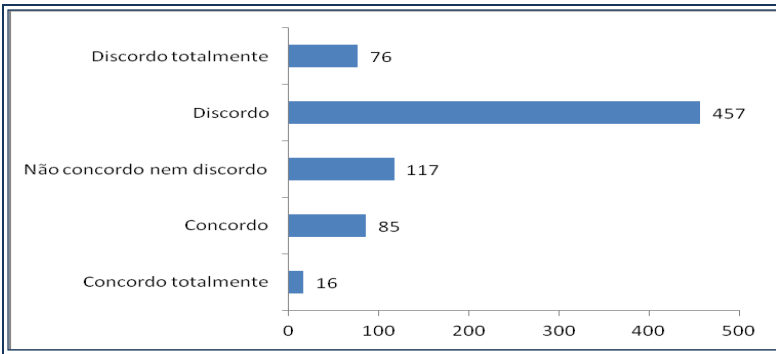


9.2 A criação de um exército único europeu não deixará de fazer refletir as vontades dos Estados-Membros economicamente mais poderosos





9.3 A criação de um exército único europeu será benéfico para todos os Estados-Membros, na medida em que permitirá assegurar um maior equilíbrio de forças no seio da União Europeia



9.4 O alargamento das políticas federalistas da União Europeia ao domínio da Defesa, com a criação de um exército único europeu, pode afetar o quadro de valores essenciais das Forças Armadas, promovendo a sua descaraterização

